

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

ANO XI

NÚMERO 103

SETEMBRO 2024

O DESAFIO

das Mudanças
Climáticas e a
Busca por
Soluções

Araraquara:
207 anos



A NOVA GESTÃO DA SUA CIDADE COMEÇA AQUI



1º ENCONTRO
MUNICIPALISTA DE
**PREFEITOS E
PREFEITAS
ELEITOS**
NO ESTADO DE
SÃO PAULO

A Associação Paulista de Municípios realizará um evento inédito com os gestores públicos municipais a serem eleitos no pleito de outubro. Saiba mais acompanhando as redes sociais e o portal da APM. Reserve um espaço na sua agenda.



DIAS 18 E 19 DE **NOVEMBRO**



INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS - IAC
AV. BARÃO DE ITAPURA, 1.481 - BOTAFOGO



SIGA A APM
apaulista.org.br

**28 e 29** IPT levará projetos de inovação e pesquisa para os municípios**42 e 43** São Paulo terá observatório de transformação digital

- 6 a 9**Municípios em Alerta: O Desafio das Mudanças Climáticas e a Busca por Soluções
- 10 e 11**Gestores Públicos Debatem Soluções Climáticas e Manejo Arbóreo na sede da APM
- 12, 13, 14**Rotas do Vinho: A Nova Aposta de São Paulo no Enoturismo e Desenvolvimento Regional
- 15**APM realizará encontro inédito para prefeitos e prefeitas eleitos em novembro
- 16 a 21**Araraquara, 207 anos: Morada da democracia, do desenvolvimento e da justiça social
- 22 e 23**São Paulo tem mais um consórcio de municípios integrado ao sistema brasileiro de inspeção
- 24, 25**Municípios questionam Censo e pedem contagem populacional em 2025
- 26, 27**Adolescentes, que participam do curso "Meu Emprego", se encantaram com estudos e projetos desenvolvidos no local
- 28, 29**IPT levará projetos de inovação e pesquisa para os municípios
- 30 a 34**Plano local de habitação de interesse social (PLHIS) como estratégia para redução da inadequação de moradias
- 35**APM e Serpro avançam em parceria para modernização dos municípios
- 36 e 37**Iniciativa do Sebrae, Crie Políticas Públicas já atendeu mais de 500 gestores municipais de cultura em todo o Brasil
- 38 e 39**A Importância do BIM para as Administrações Municipais: A Iniciativa do SEESP
- 40 e 41**Estado de São Paulo é o maior exportador de flores
- 42 e 43**Observatório de transformação digital do Estado de São Paulo
- 44 e 45**Emendas: origem e destino Participação do Congresso no orçamento tem de ser às claras e eficaz
- 46, 47**Como ficaram os convênios na Nova Lei de Licitações?
- 48, 49**Novos prefeitos, antigos desafios
- 50, 51**Araraquara: 207 anos de resiliência com as mudanças climáticas
- 52, 53**Building Information Modeling (BIM) no Setor Público Brasileiro
- 54 a 57**Mulheres em Destaque
- 58**Dalva Christofolletti Paes da Silva



A Revista Municípios de São Paulo é uma publicação bimestral da Associação Paulista de Municípios- APM

PRESIDENTE

Marcelo Barbieri

CONSELHO EDITORIAL

Marcelo Barbieri

Carlos Cruz

Aquevirque Antônio Nholla

REDAÇÃO

EDITORA E JORNALISTA

RESPONSÁVEL

Maria Isabel Pereira

EDIÇÃO DE ARTE

Antônio Pereira da Silva (Tota)

PUBLICIDADE

Anuncie na revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios paulistas.

FALE CONOSCO

Tel: 11 2165 9999

apaulista@apaulista.org.br**SETEMBRO DE 2024**

A Revista Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando, necessariamente a opinião da direção da revista. - A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

A união dos Municípios e as graves mudanças climáticas

O interior de São Paulo passa por momentos dramáticos com a grave seca e os incêndios criminosos que ocorrem em nosso Estado.

Toda essa situação é decorrente de uma crise Global de aquecimento, causada pela emissão de gases poluentes e que prejudicam como nunca, na história humana a vida dos seres que aqui habitam.

Nesse momento a união de nossos Municípios se impõe na busca de soluções e resiliência frente às graves mudanças climáticas que colocam desafios que serão enfrentados pelos novos gestores que serão eleitos em Outubro de 2024.

A Associação Paulista de Municípios que completa 76 anos de existência, também em Outubro, se vê na obrigação de tratar do Tema junto com as Prefeitas e Prefeitos eleitos com suas Câmaras Municipais de Vereadores, e isso ocorrerá dias 18 e 19 de Novembro desse ano, na acolhedora cidade de Campinas, no Instituto Agrônomo de Campinas.

É de grande importância que nós nos unamos, na busca das soluções, conjuntamente com os Governos Federal e Estadual pois a crise é Global mas a ação é Local, nas cidades e na atuação do Poder Municipal, que cuida do dia a dia das pessoas que como dizia o grande líder Franco Montoro, "as pessoas vivem nos Municípios.

Trataremos de temas fundamentais para a gestão dos próximos 4 anos de mandatos:

- Modernização administrativa cidades inteligentes;
- Contabilidade Pública, desoneração da folha e aprovação da PEC66 dos precatórios;
- Negociação da Dívida Ativa municipal;
- Implantação da Reforma Tributária;
- Gestão da Saúde e da Educação;
- Relacionamento Executivo e Legislativo municipal;
- Mudanças Climáticas e Cidades Resilientes;
- Nova Lei de Licitações;
- Combate municipal ao racismo e a violência contra as mulheres;

- Criação das controladorias, ouvidorias e desburocratização do ambiente de negócios;
- Relacionamento com o Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Esses temas e outros serão tratados em dois dias de forma concentrada, a fim de municiar os novos Gestores, e ajudá-los a enfrentar os grandes desafios do novo mandato.

O MOMENTO É DE FORTALECERMOS OS MUNICÍPIOS E DE NOS UNIRMOS PELO BEM DA NOSSA POPULAÇÃO.

**Marcelo Barbieri**

Presidente da Associação Paulista de Municípios



Municípios em Alerta: O Desafio das Mudanças Climáticas e a Busca por Soluções

As mudanças climáticas têm se tornado uma ameaça crescente para os municípios brasileiros, com eventos extremos como enchentes, deslizamentos e secas afetando a vida de milhões de pessoas. Em especial, as regiões periféricas são as mais impactadas, evidenciando não apenas uma crise ambiental, mas também uma crise de justiça social. Este foi um dos assuntos apresentados na XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que trouxe à tona

debates cruciais sobre a preparação e a resposta dos gestores locais diante dessas ameaças, e a necessidade de uma atuação conjunta entre os diferentes níveis de governo.

O Impacto Real das Mudanças Climáticas nos Municípios

Os números são alarmantes. Segundo dados apresentados durante o evento pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), mais de 94% dos

municípios enfrentam dificuldades significativas no combate às mudanças climáticas. Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, destacou a importância de uma ação coordenada para evitar que os desastres naturais continuem a gerar prejuízos bilionários. “Ao longo dos últimos anos, os prejuízos causados por desastres naturais totalizam R\$ 639 bilhões, dos quais R\$ 210 bilhões são diretamente relacionados ao setor público”, afirmou Ziulkoski. O que torna a situação ainda mais crítica é o fato de que apenas



20% dos municípios brasileiros se consideram aptos a lidar com eventos climáticos extremos.

Esses desastres afetam diversas áreas essenciais da gestão municipal, como infraestrutura, saúde pública e abastecimento de água. Um dos exemplos mais recentes ocorreu no Rio Grande do Sul, onde 93% dos municípios foram severamente impactados por enchentes em 2024, deixando mais de 600 mil famílias desabrigadas e sem acesso a serviços básicos. A realidade vivida pelos gestores municipais revela a fragilidade de muitas cidades brasileiras diante das mudanças climáticas, e a falta de recursos para prevenção e mitigação desses eventos é uma questão urgente.

O Futuro da Gestão Climática nos Municípios

À medida que as mudanças climáticas se intensificam, os municípios precisam encontrar formas inovadoras de lidar com essa nova realidade”, afirma o presidente da APM, Marcelo Barbieri. Ele está empenhado em realizar um evento no Estado para tratar do tema. “É fundamental que haja uma colaboração contínua entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para garantir que as cidades se tornem mais resilientes e capazes de enfrentar os desafios do futuro”, disse.

No início de setembro, o presidente já teve uma conversa com a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Ele a convidou para um encontro com os municípios paulistas para tratar exclusivamente das mudanças climáticas. “Este é um assunto que precisa estar nas prioridades dos gestores públicos a serem eleitos em outubro. A APM está aten-



para elaborar planos de adaptação eficazes. A falta de sistemas de alerta e de monitoramento dos eventos climáticos é uma realidade em quase metade dos municípios brasileiros, o que torna ainda mais difícil a resposta rápida a situações de emergência. Justiça Climática e a Vulnerabilidade das Periferias

Uma questão fundamental no debate sobre as mudanças climáticas é a justiça socioambiental. Estudo recente do Instituto Pólis mostrou que as populações mais vulneráveis aos desastres climáticos são, em sua maioria, negras e de baixa renda, vivendo em regiões periféricas das grandes cidades. Em São Paulo, por exemplo, 55% das pessoas que vivem em áreas de risco de deslizamento são negras, enquanto na cidade de Recife esse número chega a 68%.



A criação do Conselho Nacional de Mudanças Climáticas, poderá trazer avanços significativos ao incluir o tema na Constituição Federal

ta a essa nova realidade e pretende realizar um grande evento com os municípios para tratar disso, e contamos com a presença da ministra”, afirmou.

Barbieri também aponta para a importância de aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) em tramitação no Congresso, que propõe a criação do Conselho Nacional de Mudanças Climáticas, que poderá trazer avanços significativos ao incluir o tema na Constituição Federal e garantir a destinação de recursos específicos para a prevenção e mitigação de desastres.

“O caminho para enfrentar os impactos das mudanças climáticas é complexo e exige uma abordagem multidimensional. É preciso que os gestores locais estejam preparados para elaborar planos de adaptação que levem em consideração não apenas as questões ambientais, mas também as desigualdades sociais que amplificam os impactos dos desastres”, finaliza o presidente da APM.

O Consórcio Nacional: Uma Solução Possível?

Em meio a esses desafios, surge a proposta do Consórcio Nacional de

Gestão Climática e Prevenção de Desastres, uma iniciativa liderada pela CNM com o objetivo de unir forças entre os municípios e criar uma estrutura de apoio mútuo. Essa iniciativa visa preencher uma lacuna deixada pela ausência de recursos suficientes para prevenir os impactos das mudanças climáticas. De acordo com Joanni Henrichs, consultora da CNM, o consórcio será um instrumento fundamental para melhorar a capacidade técnica dos municípios e oferecer suporte em situações de emergência.

“A CNM, como associação de mu-

nicipios, tem limitações legais para prestar certos serviços. Por isso, o consórcio surge como uma alternativa viável, permitindo ações concretas no enfrentamento das mudanças climáticas”, explicou Joanni. A criação desse consórcio oferece uma oportunidade única para as cidades brasileiras colaborarem entre si e com o governo federal, estabelecendo uma rede de suporte que poderá ser atendida tanto na prevenção quanto na resposta a desastres.

A importância de uma Ação Conjunta Durante os debates na Marcha, a ministra do Meio Ambiente, Marina

Silva, enfatizou a necessidade de uma atuação integrada entre os governos federal, estadual e municipal. Segundo ela, é essencial que o Brasil adote uma abordagem mais preventiva na gestão de desastres naturais, e não apenas reativa. “Precisamos de um programa de Estado, e não de governo, que contemple a gestão de riscos e a adaptação dos municípios às mudanças climáticas”, disse a ministra. O papel dos municípios é central nesse processo, uma vez que são as cidades que sofrem diretamente os impactos das mudanças climáticas. No entanto, muitos gestores ainda não possuem as ferramentas necessárias

Essas populações, historicamente marginalizadas, enfrentam os impactos da crise climática de forma desproporcional, vivendo em áreas com infraestrutura precária e expostas a maiores riscos ambientais. “O nosso modelo de urbanização é historicamente excludente e marginaliza determinadas populações”, afirmou Lara Cavalcante, pesquisadora do Instituto Pólis. A falta de políticas habitacionais e de acesso à moradia digna força essas pessoas a ocuparem áreas vulneráveis, como encostas e margens de rios, que são frequentemente atingidas por desastres naturais.





Gestores Públicos Debatem Soluções Climáticas e Manejo Arbóreo na sede da APM

A Associação Paulista de Municípios (APM) promoveu, no dia 15 de Agosto, um encontro técnico que reuniu secretários e diretores de Meio Ambiente das cidades da Região Metropolitana de São Paulo. O evento, que contou com a parceria do Conselho de Consumidores da Enel Distribuição São Paulo (Conselpa), teve como foco a discussão de temas urgentes para os gestores municipais, como o manejo arbóreo, podas de árvores e os crescentes desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Diante de um cenário global em que os efeitos do clima vêm se intensifi-

cando, afetando diretamente a vida urbana, os gestores se reuniram para compartilhar experiências e buscar soluções que minimizem os impactos, especialmente em grandes centros urbanos. A parceria com a Enel São Paulo, responsável pela distribuição de energia e pela iluminação pública da Região Metropolitana, foi fundamental para a discussão de políticas integradas entre governo e iniciativa privada.

Entre os principais tópicos abordados, o manejo arbóreo foi tratado como uma questão central. As cidades, especialmente as de grande porte, enfrentam desafios constantes

relacionados à poda de árvores, um serviço essencial que, quando mal executado, pode trazer prejuízos tanto para o meio ambiente quanto para a população. A queda de galhos ou árvores inteiras, em função de temporais, muitas vezes resulta em interrupções no fornecimento de energia, o que demanda um planejamento estratégico conjunto entre as prefeituras e concessionárias de energia.

Além disso, os debates destacaram os eventos climáticos extremos, como tempestades e enchentes, que têm se tornado cada vez mais frequentes. O secretário municipal de Verde e Meio Ambiente de São Paulo, Rodri-

go Pimentel Pinto Ravena, ressaltou a importância de as cidades estarem preparadas para responder a essas situações. Ele lembrou o episódio de novembro de 2022, quando fortes tempestades atingiram a capital, deixando milhares de pessoas sem energia e gerando caos em várias regiões da cidade.

A chefe da Assessoria de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Carina Dolabella Pereira, também participou do encontro e destacou as

iniciativas estaduais voltadas à sustentabilidade e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Segundo ela, o trabalho em conjunto com os municípios é vital para que as ações sejam eficientes e atinjam o maior número possível de pessoas.

Outro ponto importante da reunião foi o debate sobre as políticas públicas nacionais e estaduais voltadas ao meio ambiente. O diretor de mercado da Enel São Paulo, André Oswaldo dos Santos, explicou que a concessionária vem investindo em tecnologias para

aumentar a resiliência da rede elétrica frente aos desafios climáticos. Ele apontou que o trabalho de prevenção, em parceria com os municípios, é essencial para garantir a continuidade dos serviços de energia durante situações de crise.

Marcelo Barbieri, presidente da APM, destacou a relevância do encontro como parte de uma agenda mais ampla da Associação. Segundo ele, a reunião foi um desdobramento do encontro realizado em junho deste ano, também na sede da APM, que já havia tratado de questões ambientais com o Conselpa. “Estamos aprofundando o debate sobre os impactos das mudanças climáticas, pois é uma pauta prioritária. O objetivo é preparar os municípios para enfrentar essa nova realidade, garantindo que a população não seja prejudicada pelas consequências mais intensas do clima”, afirmou Barbieri.

Barbieri também adiantou que a APM seguirá promovendo novos encontros e seminários para debater o tema, mobilizando as demais regiões do Estado de São Paulo e envolvendo os prefeitos que serão eleitos nas eleições municipais de outubro. A ideia é oferecer formação continuada aos gestores públicos, a fim de que eles possam implementar políticas mais eficazes e integradas para a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida nas cidades paulistas.

Ao final do evento, Gilmar Ogawa, presidente do Conselpa, e outras lideranças municipalistas reforçaram a necessidade de ampliar o diálogo entre os diferentes entes públicos e a iniciativa privada para enfrentar os desafios climáticos, com foco em soluções que sejam sustentáveis e duradouras.





Rotas do Vinho: A Nova Aposta de São Paulo no Enoturismo e Desenvolvimento Regional

O enoturismo em São Paulo acaba de ganhar um impulso significativo com o lançamento do programa Rotas do Vinho, apresentado pelo governo do Estado, no Palácio dos Bandeirantes em agosto. A iniciativa visa organizar a cadeia produtiva do vinho, incentivar novos negócios e promover o desenvolvimento regional ao conectar vinícolas com o turismo.

O cenário é promissor: a produção de vinhos no estado de São Paulo vem crescendo de forma exponencial.

Em 2023, o número de videiras destinadas à vitivinicultura aumentou em 800%, impulsionando o setor e tornando o momento oportuno para o fortalecimento dessa indústria. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Paulo já representa mais de 11% dos empregos no setor de fabricação de vinhos no Brasil, uma tendência que o programa busca expandir ainda mais.

Cinco Rotas e uma Experiência Completa

O projeto abrange cinco rotas princi-

pais, que exploram diferentes regiões do estado. Cada uma delas oferece experiências únicas tanto para os apreciadores de vinho quanto para turistas em busca de vivências autênticas:

- 1. Rota da Alta Mogiana (Ribeirão Preto e região):** conhecida pela produção de vinhos finos e pela tradição agrícola.
- 2. Rota dos Bandeirantes (São Roque e região):** uma das mais tradicionais, São Roque já é um destino consolidado no enoturismo.
- 3. Rota do Circuito das Frutas**



(Jundiaí e região): mescla o turismo rural com a degustação de vinhos e frutos frescos.

4. Rota Serra dos Encontros (Espírito Santo do Pinhal e região): famosa por suas paisagens montanhosas e vinícolas premiadas.

5. Rota do Alto da Mantiqueira (São Bento do Sapucaí e região): alia o enoturismo com o ecoturismo, em meio à serra da Mantiqueira.

Além dessas, 11 vinícolas foram destacadas como "enodestinos", localizadas em municípios como Campinas, Piracicaba e Águas da Prata, que oferecem experiências exclusivas para os amantes da enogastronomia.

Incentivo ao Empreendedorismo e Economia Regional

O programa não apenas promove o turismo, mas também abre oportunidades para o desenvolvimento de novos negócios em um raio de até 50 quilômetros das áreas produtoras. Municípios vizinhos podem se beneficiar ao explorar o potencial da cadeia produtiva do vinho, oferecendo serviços como hospedagens, restaurantes e atividades culturais. Para isso, o governo paulista, por meio da DesenvolveSP, disponibiliza linhas de crédito para pequenos empreendedores que desejam investir no setor.

"O Rotas do Vinho não se resume apenas à promoção do enoturismo. Ele é uma alavanca para o desenvolvimento regional, estimulando a economia e gerando emprego e renda nas regiões envolvidas", destacou Marcelo Barbieri. Segundo ele, o projeto tem potencial para transformar o interior de São Paulo em um polo de turismo sustentável, atraindo investimentos e consolidando o estado como um dos maiores produtores de vinho do país. Perspectivas e Futuro





O Presidente Marcelo Barbieri levou o convite do evento ao assessor especial de atendimento aos municípios Carlos Takahashi.

APM realizará encontro inédito para prefeitos e prefeitas eleitos em novembro

A Associação Paulista de Municípios (APM) realizará, nos dias 18 e 19 de novembro, o 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos no Estado de São Paulo.

A APM, entidade municipalista com mais de 75 anos de tradição, busca com essa iniciativa auxiliar na implementação dos Planos de Governo apresentados durante as campanhas eleitorais.

tratégica, que facilita o acesso de autoridades da Capital, do Litoral e do Interior do Estado. Além disso, o Instituto Agrônomo de Campinas foi selecionado como reconhecimento ao papel fundamental da agricultura na economia de São Paulo. “Agradeço ao prefeito Dário Saadi pela acolhida imediata à nossa iniciativa. Faremos um grande evento, discutindo temas decisivos para as novas gestões que assumem em janeiro”, completou Barbieri.

O evento acontecerá no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), localizado na Av. Barão de Itapura, 1.481, no bairro Botafogo, e reunirá gestores municipais eleitos no pleito de outubro, além de autoridades, especialistas, ministros e secretários de Estado.

O presidente da APM, Marcelo Barbieri, destacou a importância do evento para a preparação dos novos prefeitos e prefeitas. “Tivemos uma conversa muito produtiva com o governador Tarcísio de Freitas e com o secretário Gilberto Kassab, o que demonstra a relevância da APM e a importância do encontro que estamos preparando”, afirmou Barbieri. Ele ressaltou que o evento será um dos primeiros compromissos oficiais das novas gestões municipais.

O 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos reafirma o papel da APM como uma parceira essencial para os gestores municipais e suas administrações, consolidando-se como um espaço de inovação e vanguarda no municipalismo paulista.

Marcando a primeira agenda oficial dos prefeitos e prefeitas eleitos, o encontro tem como objetivo apoiar e fortalecer tecnicamente os novos gestores, especialmente na fase inicial dos mandatos, considerada a mais desafiadora: os primeiros 100 dias de governo.

Campinas foi escolhida como sede do encontro devido à sua localização es-

A expectativa é que o programa gere um impacto econômico significativo nas regiões contempladas, promovendo uma maior integração entre a produção vinícola e outros segmentos do turismo, como gastronomia e cultura. “Essa é uma indústria que traz muito turismo, desenvolvimento e conhecimento para o Estado de São Paulo”, disse Barbieri durante o lançamento.

O governo do estado também vê o programa como uma forma de preservar e valorizar a cultura local. As vinícolas não são apenas fábricas de vinho, mas verdadeiros centros culturais, que resgatam a história das famílias produtoras e o papel do vinho na identidade regional. De fato, com o aumento do interesse pelo enoturismo, São Paulo passa a competir diretamente com destinos tradicionais de vinho no Brasil, como o Rio Grande do Sul.

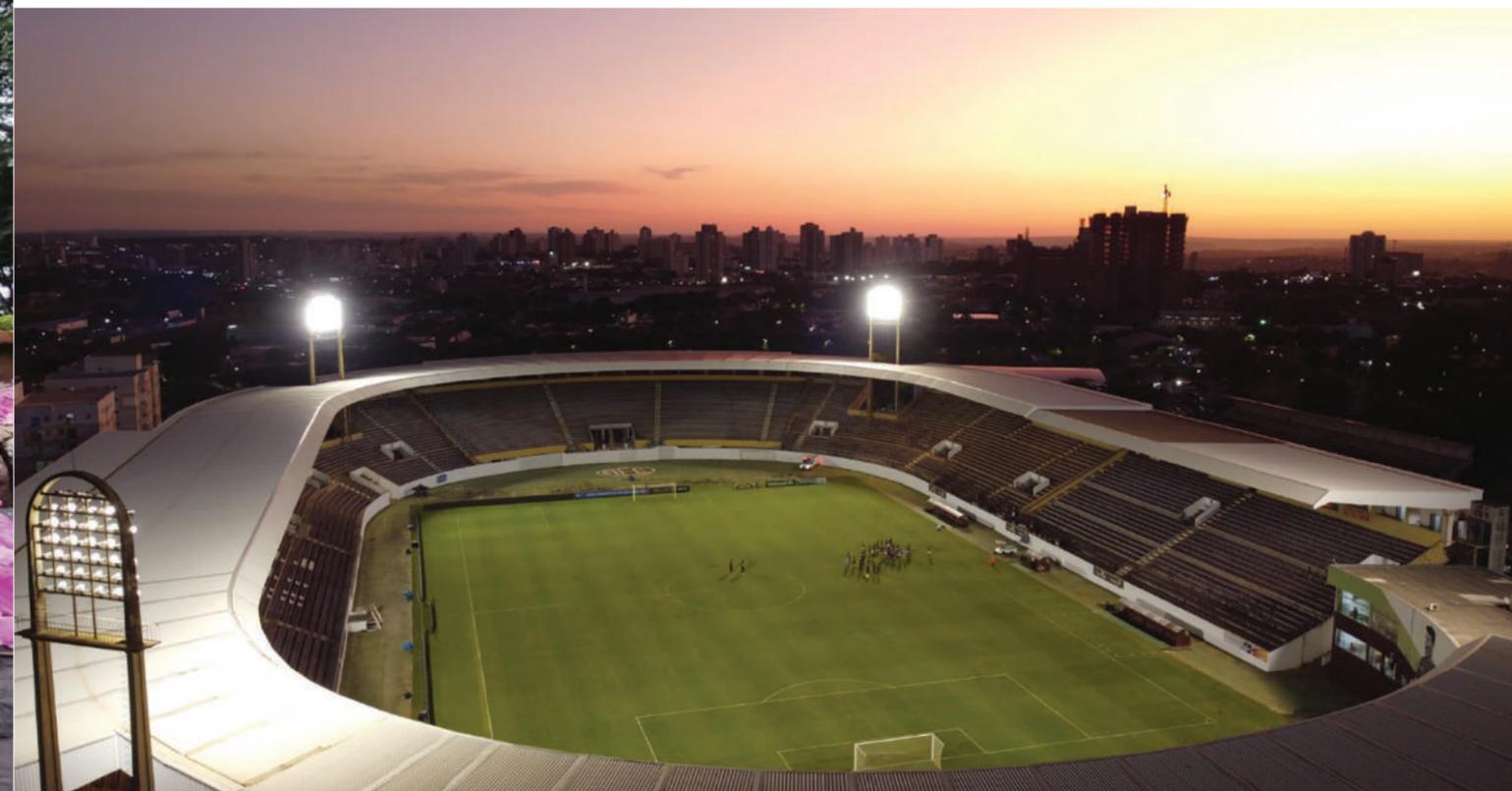
Parcerias e Expansão

O Rotas do Vinho é uma ação conjunta entre diversas secretarias estaduais – Agricultura e Abastecimento, Cultura, Economia Criativa, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Viagens – sob a coordenação da Casa Civil. O programa não apenas fortalece as vinícolas existentes, mas também incentiva a criação de novas parcerias entre produtores e estabelecimentos turísticos, como hotéis e restaurantes.

A cerimônia de lançamento contou com a presença do governador do Estado, Tarcísio de Freitas, da primeira-dama Cristiane Freitas e de secretários de diferentes áreas, como Arthur Lima (Casa Civil), Roberto de Lucena (Turismo e Viagens) e Jorge Lima (Desenvolvimento Econômico), além de parlamentares e representantes de entidades relacionadas ao agronegócio e ao turismo.

Com essa iniciativa, o governo paulista espera que as Rotas do Vinho se tornem um dos maiores atrativos turísticos do estado, atraindo tanto visitantes nacionais quanto internacionais. “Esse programa mostra o quanto o vinho pode ser um vetor de desenvolvimento regional e um símbolo da nossa cultura”, concluiu Barbieri.





Araraquara, 207 anos: Morada da democracia, do desenvolvimento e da justiça social

Araraquara, cidade do interior do estado de São Paulo, administrada pelo prefeito Edinho Silva (PT) chega promissora aos seus 207 anos, firme na sua vocação de cidade moderna, democrática e acolhedora. A Morada do Sol comemorou no último dia 22 de agosto, data de sua fundação, todas as conquistas já alcançadas, os desafios que foram superados e, principalmente, a perspectiva de um futuro ainda mais pujante e cheio de oportunidades para sua população.

A cidade avançou muito nos últimos anos com o fortalecimento de políticas públicas que abriram possibilidades reais de crescimento social e econômico. É através dos programas e projetos implantados que muitas famílias alcançam oportunidades no mercado de trabalho, podendo garantir educação e saúde de qualidade a seus filhos.

Estes avanços foram comprovados ao longo deste último ano em levantamentos oficiais, divulgados nacionalmente.

Araraquara se destacou em 2024 como a 10ª melhor cidade para se viver no País (publicação do Jornal O Globo) em levantamento do IPS Brasil, considerando o Índice de Progresso Social, uma metodologia internacional que avalia o bem-estar da população com base em dados oficiais dos 5.568 municípios brasileiros. Isso depois de também ter sido apontada como a cidade com a menor taxa de homicídios do País entre as cidades com mais de 200 mil habitantes pelo Atlas da Violência 2024, que é elabo-

rado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). E, um pouco antes, se destacou ainda em estudo divulgado pelo jornal Gazeta do Povo, na 12ª colocação entre as melhores cidades para se morar, sendo a 2ª com população acima de 200 mil habitantes.

Todo esse reconhecimento em nível nacional reflete o trabalho que é desenvolvido pelo governo municipal e a preocupação com o bem-estar do povo araraquarense. E muito mais está por vir.

Por conta da pandemia de Covid, a Prefeitura foi obrigada a interromper projetos e programas para priorizar investimentos na saúde. A opção foi ficar do lado da ciência e da medicina. E a população apoiou. Vidas foram salvas e a cidade foi considerada referência nacional e internacional no enfrentamento do vírus.

Só foi possível a retomada dos investimentos quando passou o período mais crítico da pandemia. Mas, infelizmente, em dezembro de 2022, chuvas fortes causaram tragédia e estragos, obrigando mais uma vez a Prefeitura a concentrar seus esforços, desta vez, na recuperação dos pontos atingidos. Com muito trabalho do governo municipal e a resposta rápida dos governos estadual e federal, este obstáculo também foi ultrapassado.

Com a superação destes dois grandes desafios, Araraquara hoje manifesta todo o seu potencial de desenvolvimento e de atração de recursos nas tantas obras e investimentos importantes que estão em andamento ou já concluídos e entregues à população.

Está sendo executada a maior obra de infraestrutura da história da Morada do Sol, que vai resolver problemas de alagamentos em áreas sensíveis da cidade, que tanto preocupam a população. São R\$ 143 milhões de recursos

liberados pelo governo federal que garantirão estrutura para o desenvolvimento urbano sustentável para os próximos 100 anos, com as obras antienchentes e a reurbanização da orla ferroviária.

Outra conquista recente importante foi a cessão de uso de área férrea não operacional da União para que a Prefeitura possa fazer a obra antienchente e também dar início à construção de um sonho antigo, que é o Parque dos Trilhos, o símbolo da junção da cidade dividida pela linha férrea. Historicamente, representa a conexão de regiões, união da área central com a Vila Xavier.

Além disso, serão retomados os voos regulares da Azul Linhas Aéreas, a partir de outubro, no aeroporto Bartholomeu de Gusmão, com impacto econômico importante no desenvolvimento regional e que deve incrementar ainda mais o potencial da cidade de atrair investimentos.



Para além destas conquistas extremamente significativas, a população ainda comemora os 207 anos da Morada do Sol com muitas obras de melhorias nos equipamentos públicos, também graças a recursos liberados pelo governo federal, principalmente na saúde e na educação.

Neste momento, 76 obras estão em execução, somando quase R\$ 138,3 milhões investidos. Desde 2017, 197 obras foram entregues, superando R\$ 211 milhões em investimentos.

E a grande maioria delas atende a demandas eleitas em plenárias do Orçamento Participativo (OP). Araraquara é uma cidade governada com a população, que participa efetivamente do planejamento e execução de investimentos e de políticas públicas. É o desafio de inverter a lógica do poder. Quando a administração municipal chama o povo para governar a cidade, ela tira o orçamento das mãos de uma elite, seja ela política ou econômica, e coloca nas mãos da população.

É assim que Araraquara vai seguir avançando, com desenvolvimento econômico e social, e com sua população participando da construção de uma cidade verdadeiramente justa e inclusiva.

Uma gestão que governa junto com a população

No decorrer de sua gestão, o prefeito Edinho, que termina agora em dezembro seu 4º mandato (sendo o Chefe do Executivo com mais tempo à frente da Prefeitura de Araraquara) se destacou por implementar uma administração verdadeiramente participativa. Através do Orçamento Participativo, os cidadãos tiveram a oportunidade de definir as prioridades de cada região e cada segmento da cidade, garantindo que suas demandas fossem atendidas pela Pre-

feitura. Essa abordagem não apenas reforçou a confiança entre o governo e a população, mas também assegurou que as políticas públicas refletissem fielmente as necessidades e desejos da comunidade.



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO Com o Orçamento Participativo, já são R\$ 177 milhões investidos em obras e programas eleitos pela população nas plenárias regionais e também temáticas. Um total de 51 obras já foram entregues e 54 estão em execução. Centavo a centavo decididos pelo povo araraquarense.



ARARAQUARA DO FUTURO A Prefeitura está resolvendo o problema antigo de enchentes na Via Expressa, que corta a cidade. São R\$ 143 milhões do Governo Federal para fazer a maior obra de infraestrutura da história da cidade, preparando-a para o futuro.

EDUCAÇÃO Na Educação, Edinho implementou o programa "Educa Mais Araraquara", um conjunto de ações empenhadas em melhorar a qualidade da aprendizagem e supe-



ração das dificuldades educacionais agravadas ou geradas pela pandemia. Os investimentos realizados na área da educação também resultaram na entrega de 34 obras (reforma e ampliação e construção de novas unidades de creches ou escolas municipais). Outras 10 obras estão em execução neste momento e 16 obras em fase de projetos e licitação.



SAÚDE Na Saúde, a população votou no OP e o prefeito Edinho reabriu, em 2020, o Pronto-Socorro do Melhado, que inicialmente funcionou como suporte no atendimento a pacientes com Covid-19, depois foi utilizado como unidade de retaguarda e apoio diagnóstico das UPAS. Edinho



implantou o programa "Saúde em Casa", que realiza a entrega de medicamentos e propicia assistência nas residências de mais de 2.600 pessoas por mês. Outro programa implantado pela Prefeitura que fez a diferença na vida das pessoas foi o Saúde Cidadã, que agilizou, em regime de mutirão, a realização de consultas médicas especializadas, cirurgias eletivas e exames, especialmente aqueles repressados no pós-pandemia. Edinho também construiu outras nove unidades de saúde, como os postos do Victório de Santi, Valle Verde, São Bento, Centro de Referência do Autismo (um dos primeiros públicos do Brasil), Centro de Referência do Idoso (CRIA) e o Centro Dia para Pessoas com Deficiência. Também estão prontas as unidades do novo NGA-3 (Núcleo de gestão Ambulatorial) e o Ambulatório Trans. Outras 24 unidades totalmente reformadas serão entregues ainda neste ano. São 18 postos de saúde que passam por completa reforma, além da construção de dois CAPs (Centro de Atenção Psicossocial) e a reforma da três UPAs (Unidades de Pronto-Atendimentos) da Vila Xavier, Centro e Valle Verde.

CIDADE REFERÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 Durante a pandemia de Covid-19, Araraquara, liderada por Edinho e Eliana Honain, teve uma atuação que transformou a cidade em uma referência nacional e internacional no enfrentamento da crise global. Diversas iniciativas foram implantadas no sentido de combater a pandemia



e algumas se mostraram fundamentais, como a criação do Hospital de Solidariedade, instalação do Polo Estratégico de Atendimento e Triagem para casos suspeitos de coronavírus na UPA da Vila Xavier, expansão do horário de atendimento de unidades de saúde, a criação de um 0800 para telemedicina, contratação de equipes de bloqueio, parceria com Faculdade de Farmácia da Unesp, criação da Rede de Solidariedade para auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade e aquelas mais afetadas pela pandemia, e divulgação diária sobre a situação do vírus por meio de boletins. Essas ações colocaram Araraquara como um exemplo nessa luta, com a menor taxa de mortalidade por Covid-19 do estado de São Paulo e uma das menores taxas de letalidade do Brasil.



PROGRAMAS SOCIAIS ATENDEM MAIS DE 5 MIL FAMÍLIAS O Governo Edinho também conta com programas sociais eficazes como o Bolsa Cidadania, o programa de estágio remunerados Jovem Cidadão, o

programa de qualificação profissional Frentes da Cidadania, além do Aluguel Social, Filhos do Sol, PMAIS (Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social com compra de alimentos dos pequenos produtores e distribuição desses hortifrutis às famílias cadastradas no CRAS), programa Novos Caminhos que prevê políticas para pessoas em situação de rua, Restaurantes Populares, Banco de Alimentos, Horta Urbana Comunitária, Padaria Solidária e diversas outras ações que garantiram para Araraquara um prêmio no 8º Fórum Global do Pacto de Milão para a Política Alimentar Urbana em 2022 no Rio de Janeiro.



CULTURA E ESPORTE PARA TODOS Araraquara dá exemplos para o país com suas políticas de inclusão social e cidadania por meio da cultura e do esporte. Hoje, são 4.300 pessoas fazendo arte por todos os cantos de Araraquara com o programa Oficinas Culturais. A Escola Municipal de Dança Iracema Nogueira oferece diversos cursos voltados para a cultura para mais de 370 alunos por

ano. As Escolinhas de Esportes também se destacam com 8 mil crianças e adolescentes atendidos no contraturno escolar. Já o programa Saúde na Praça leva saúde e qualidade de vida para 1.800 pessoas em 80 pontos da cidade. Edinho também fortaleceu as equipes esportivas da cidade, o que foi comprovado com o título dos Jogos Regionais de 2024 e as campanhas memoráveis a nível nacional e internacional de equipes como o futebol feminino da Ferroviária e o basquete feminino do Sesi Araraquara.



SEGUNDA CIDADE MAIS SEGURA DO BRASIL

Com Edinho, Araraquara foi apontada como a segunda cidade mais segura entre os municípios entre 200 mil e 500 mil habitantes e a cidade com o menor índice de homicídios do Brasil entre aquelas com mais de 200 mil habitantes, de acordo com o Anuário 2023 Cidades Mais Seguras do Brasil. Isso se deve a políticas públicas efetivas na área da segurança como um moderno sistema de videomonitoramento (com 600 câmeras do Município integradas ao Programa Câmera Cidadã, que garante o monitoramento de imagens de câmeras de particulares compartilhadas voluntariamente), a instalação de totens em áreas de alta circulação de pessoas, facilitando a interação entre a comunidade e o Poder Público Municipal em tempo real, além da instalação de luz LED em 100% da cidade e políticas públicas sociais.

INCLUSÃO SOCIAL, A MARCA DO GOVERNO EDINHO

Sob a gestão de Edinho, a Prefeitura também possui um olhar voltado para as políticas de inclusão, em ações que são levantadas no Orçamento Participativo, que conta com as plenárias temáticas das mulheres, idosos, população negra, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência e juventude. Por meio dessas plenárias, foram realizadas obras expressivas como o Qui



lombo Rosa, a nova sede do Centro de Referência do Idoso de Araraquara (Cria), a praça inclusiva do Pinheirinho, a nova sede para os Cursinhos Populares, a Casa de Acolhimento LGBTQIA+ (uma das primeiras públicas do Brasil), entre outros.



ILUMINA ARARAQUARA

Com o programa Ilumina Araraquara, nossa cidade se tornou uma das primeiras do Brasil a ter 100% das vias de acesso livre iluminadas com LED.



PREFEITURA NOS BAIROS

Edinho fortaleceu o programa Prefeitura nos Bairros, criado por ele em 2001, em seu primeiro mandato à frente da Prefeitura. A iniciativa passa por todas as regiões da cidade, realizando todos os serviços de zeladoria e manutenção e levando todas as secretarias da Prefeitura até a população através do plantão de atendimento social.



RECUPERAÇÃO DA CIDADE

No final de 2022, Araraquara foi atingida pela maior tragédia natural de sua história, causada por uma chuva intensa que chocou a cidade com a perda de seis vidas. O temporal também resultou em danos em nove pontos da cidade. A Prefeitura se mobilizou e, com o auxílio dos governos Federal e Estadual, recuperou esses pontos da cidade. A Prefeitura se mobilizou e, com o auxílio dos governos Federal e Estadual, recuperou esses pontos da cidade, com destaque para a construção de novas pontes na Avenida 36, Rua Nove de Julho e Rua 5 e Meio.

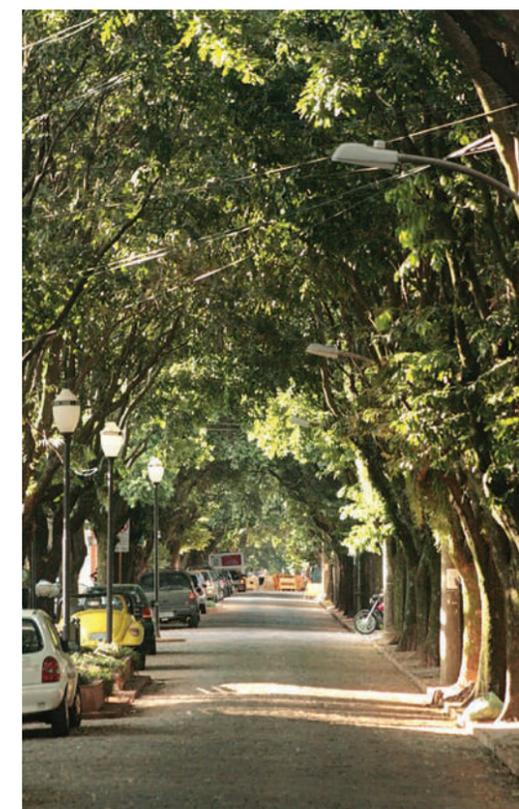


MAIOR PLANO DE RECAPE DA HISTÓRIA

Recentemente, Edinho lançou o Plano de Recape 2024, o maior programa de recape da história de Araraquara, que vai transformar nossas ruas e avenidas, com 836 quarteirões recapados, abrangendo 40 bairros da cidade. O governo Edinho também fez, desde 2017, o recapeamento de 1.348 quarteirões e a pavimentação de outros 132, além de intensificar o serviço de tapa-buracos pelas ruas da cidade.

ARARAQUARA ENTRE AS MELHORES CIDADES PARA SE VIVER

Por conta dessas e muitas outras políticas públicas de qualidade em todos os setores, Araraquara foi apontada entre as 10 melhores cidades para se viver do Brasil, segundo o Índice de Progresso Social, e também ficou entre as 12 melhores cidades para se viver, segundo um estudo do portal Gazeta do Povo.





Funcionárias manipulam pescado na Copaafa, em Euclides da Cunha Paulista - Crédito: Consórcio Ciop

São Paulo tem mais um consórcio de municípios integrado ao sistema brasileiro de inspeção

Na prática, agroindústrias da área de pescada inseridas no consórcio do extremo oeste paulista poderão abrir mercado e vender para todo o território nacional

O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop) acaba de se integrar ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA) do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). A publicação saiu no Diário Oficial da União nesta segunda (9). Na prática, essa integração vai permitir que agroindústrias de pescada ampliem mercado, vendendo seus produtos a todo o território nacional.

A equivalência da inspeção municipal à nacional é um processo que vem sendo estimulado pelo Ministério, especialmente por meio de consórcios. O Mapa lançou um programa para orientar consórcios intermunicipais a se adequarem para obter o benefício, o projeto ConSIM. No caso, o consórcio paulista participou da segunda edição desse programa, que começou em 2022 e terminou em 2023. A autorização só não

veio antes porque o estabelecimento indicado para ser auditado passava por obras.

“Agora está tudo certo. Temos três veterinários, um administrativo e mais um funcionário. Dispomos de carro e toda a estrutura necessária, além de termos um laboratório vinculado ao consórcio, como a lei exige”, explica a diretora executiva do Ciop, Maria Heloísa da Silva.



Filés de tilápia da cooperativa que agora poderão ser vendidos em todo o país - Crédito: Consórcio Ciop

Ela conta que a mobilização dos municípios para obter o selo Sisbi começou por volta de 2015. “Foi quando o consórcio começou a providenciar as contratações, as assembleias e a se estruturar. Mas em 2020 veio a pandemia e tudo parou. Quando eu cheguei ao Ciop, em 2021, o processo foi retomado”, lembra Heloísa.

O selo Sisbi poderá ser utilizado por 12 municípios, dos 30 que compõem o

consórcio: Álvares Machado, Caiabu, Dracena, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Nandubara, Presidente Epitácio, Rancharia, Regente Feijó, Santo Expedito e Taciba. Apesar de a sede do Ciop ficar em Presidente Prudente, o município ainda não integra o grupo.

O Ciop deve agora iniciar uma busca ativa para ofertar o benefício a pequenas empresas com potencial de



crescimento e ampliação de mercado. Uma das providências do consórcio será a ampliação do escopo da integração ao Sisbi para além do pescado. As possibilidades são ovos, laticínios, produtos cárneos e méis.

Amélia Cristina Teixeira, auditora fiscal do Mapa em São Paulo e responsável por acompanhar os processos de integração ao Sisbi-POA, disse que o projeto ConSIM tem ajudado muitos municípios a obterem o selo. “É uma satisfação imensa para o ministério cada vez que um consórcio consegue a integração”, disse ela.

COOPERATIVA

Por enquanto a única agroindústria habilitada pelo consórcio a receber o selo Sisbi é a Cooperativa dos Piscicultores e Agropecuaristas Agroindustrial Familiar do Pontal do Paranapanema (Copaafa). O presidente Anderson Diniz de Freitas afirmou que o trabalho dos cooperados com pescada começou há cerca de dez anos.

A Copaafa produz entre 600 e 900 toneladas de tilápia por ano e a previsão é que a produção aumente com a abertura de mercado. Atualmente 35 funcionários atuam na agroindústria. “Nossa expectativa é principalmente incentivar a cadeia produtiva na nossa região. Tem pessoas com tanque construído, mas que não estão criando peixe”, disse ele.

Antes de conseguir a equivalência, a cooperativa só podia comercializar a tilápia no município de Euclides da Cunha Paulista. Depois a comercialização aumentou para a área dos municípios integrantes do Ciop. Agora o limite é o território brasileiro.

Municípios questionam Censo e pedem contagem populacional em 2025

Confederação levanta “dúvidas” nos dados do IBGE; ajuste de agosto mostrou deficit de 7,9 milhões que não entraram no cálculo de 2022

A CNM (Confederação Nacional dos Municípios) pediu no dia 9 de setembro que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) faça uma nova contagem populacional em 2025, após levantar dúvidas sobre o ajuste nos dados do Censo de 2022, divulgado pelo IBGE em 22 de agosto. A nova estimativa de habitantes altera a distribuição de recursos de transferências federais às cidades, como o FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Há municípios que

agora têm registrados muito mais habitantes ou muito menos. Como o tamanho da população é critério para o cálculo do TCU (Tribunal de Contas da União) na distribuição de recursos federais, algumas cidades vão receber mais ou menos recursos. Dados da CNM apontam que 7 em cada 10 cidades têm esses recursos como a principal fonte de receita

Com a nova contagem, os dados sofreram uma variação de 3,9% – ou 7,9 milhões de pessoas a mais. Antes, era

estimado que haviam 203.062.512 pessoas em julho de 2022. Com o recálculo, são 210.862.983 no período. A partir disso, foi estimado que o país tinha, em 1º de julho de 2024, 212.583.750 habitantes.

É errado, no entanto, inferir que houve um aumento de população de 9,5 milhões de pessoas em 2 anos. Segundo o IBGE o que houve foi um recálculo da população de 2022 depois de uma investigação sobre erros ocorridos no Censo. Com o recálculo, a população de julho de 2022 agora é estimada em 210.862.983.

O fato, porém, é que os dados, sofreram uma variação de 3,9% – ou 7,9

milhões de pessoas a mais – o que impacta a vida nas cidades, seja na destinação de recursos, seja nos repasses governamentais.

A alta na variação causou insegurança quanto ao quadro populacional real dos municípios. Segundo a CNM, se considerada a “própria ‘correção’ da população de 2022, estimada pelo IBGE no final de agosto de 2024 em 210,9 milhões, atesta para a precariedade dos resultados do Censo Demográfico”.

A contagem populacional é um estudo focado, como seu próprio nome indica, na contabilização da população. Diferente do Censo, que, além disso, levanta informações sobre renda, sexo e condições de moradia da população. A pesquisa é realizada entre

censo. Para a CNM, o dado é essencial para as políticas públicas municipais.

“Comparando-se os dados do Censo e das estimativas populacionais, a velocidade do crescimento da população observado entre 2022 e 2024 é semelhante ao ocorrido na passagem dos anos 70 para os 80. Levando em consideração que a população brasileira tem crescido menos no decorrer do tempo, esse dado não faz sentido. O Censo não reflete a realidade dos Municípios. Como se faz políticas públicas com esse cenário?”, afirma o presidente da CNM Paulo Ziulkoski.

ACM entende que a culpa pelos erros não é do IBGE, mas sim da falta de estrutura necessária para fazer esse levantamento. “A entidade defende

que tanto o Governo Federal quanto o Congresso Nacional precisam se comprometer para viabilizar a contagem populacional em 2025 de forma a trazer um dado fidedigno que reflita a realidade do país.”, finalizou o presidente da APM.



Adolescentes, que participam do curso “Meu Emprego”, se encantaram com estudos e projetos desenvolvidos no local

Como estratégia para estimular o interesse pelo mercado de trabalho e de pensar no desenvolvimento de uma carreira, oito adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação CASA em São Carlos visitaram na última sexta-feira (30/08) a Escola de Engenharia de

São Carlos, no campus da Universidade de São Paulo (USP).

Os rapazes, com idades entre 16 e 18 anos e que participam do curso “Meu Emprego” no centro de atendimento da Fundação CASA, se encantaram com as pesquisas acadêmicas e projetos com a iniciativa

privada desenvolvidos nos departamentos de Engenharia de Computação, Engenharia Aeronáutica e Engenharia Ambiental.

O foco da visita foi promover o contato dos jovens com profissões que exigem formação de nível superior, assim como conhecer experiências

Carlos Eduardo Mauricio, que ministra as oficinas no CASA São Carlos e acompanhou os jovens, a visitação foi um potente instrumento metodológico. “Os garotos passaram a compreender e refletir mais sobre a importância da formação acadêmica em algumas profissões”, explicou. “Eles saíram de lá instigados com a possibilidade de se formar em algum ramo da engenharia.”

Em cada departamento, sob acompanhamento e orientações de professores de cada área, os adolescentes se aprofundaram sobre os requisitos e formação necessários para cada carreira e como são desenvolvidos os projetos com participação dos alunos da USP.

Na Engenharia de Computação, por exemplo, se surpreenderam ao saber de uma parceria realizada com uma multinacional para o aprimoramento de celulares. Já na Engenharia Aeronáutica, ficaram instigados com o funcionamento, produção e utilização de drones para medição de níveis de gás carbônico (CO₂), enquanto na Engenharia Ambiental se conscientizaram sobre a importância de planejar e utilizar novas técnicas sustentáveis.

Segundo a presidente da Fundação CASA, Claudia Carletto, a abertura das instituições de ensino superior é fundamental para os adolescentes da Fundação CASA. “O contato com o universo acadêmico permite que eles conheçam possibilidades de formação para o mercado de trabalho e possam começar a sonhar com uma graduação”, afirma a presidente.

Ainda acompanharam a visitação o agente educacional Camila Drummond e os agentes de apoio socioeducativo Carlos Valério, Juliano Sonego e Marcio Gomes.

de parcerias entre a universidade e a iniciativa privada. A maioria dos adolescentes que participaram já cursa o Ensino Médio, sendo que um deles, durante as oficinas do

“Meu Emprego”, manifestou interesse em seguir carreira na área aeronáutica e espacial.

De acordo com o agente educacional



IPT levará projetos de inovação e pesquisa para os municípios

Gestores públicos paulistas terão à disposição iniciativas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, como o Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios (PATEM), que será retomado

A Associação Paulista de Municípios (APM) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) firmaram na manhã do dia 10 de setembro, um acordo de cooperação dos programas técnicos da instituição estadual para apoio aos municípios, notadamente

o Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios (PATEM), que será retomado em breve.

A assinatura do documento aconteceu na sede da APM e contou com a presença do diretor-presidente do IPT, Anderson Correia, da Diretora de

Estratégia e Relações Institucionais do IPT, Natália Neto Pereira Cerize e da Pesquisadora e Coordenadora da Cooperação APM/IPT, Ros Mari Zehna. Acompanhando o presidente da Associação, Marcelo Barbieri, estava Dalva Christofoletti Paes da Silva, relações públicas da APM.

De bastante importância para os municípios de menor porte, o PATEM tem por objetivo suprir as necessidades de ordem técnica das prefeituras que não contam com recursos nem capacitação funcional em seu quadro de servidores, especialmente nos seguintes temas: cidades inteligentes, cidades sustentáveis, cidades resilientes e atendimentos emergenciais.

Por meio da cooperação firmada nesta terça, a APM fará essa interlocução com os municípios, viabilizando com eficiência e menos burocracia os serviços do IPT, uma instituição que há 125 anos cria e aplica soluções tecnológicas para setores da economia, governos e sociedade em apoio à superação de desafios.

Para o presidente da APM, o acordo é histórico e uma grande conquista para os gestores públicos municipais.

“O IPT é um orgulho do nosso Estado e será de grande ajuda para orientar e oferecer ferramentas de ponta para os gestores paulistas. O presidente Anderson, desde que assumiu seu mandato recentemente, tem conversado conosco e reforçado como essa parceria é importante para o trabalho do Instituto”, afirmou.

Barbieri destacou que muitos municípios terão novos gestores a partir das eleições de outubro, grande parte deles em primeiro mandato. “Por isso a cooperação com o IPT é ainda mais importante, para oferecer todo o auxílio no momento da transição e início de governo, viabilizando programas fundamentais para a população com agilidade, inovação e tecnologia”, concluiu, agradecendo também ao Governador Tarcísio de Freitas pela parceria e trabalho em prol do municipalismo.

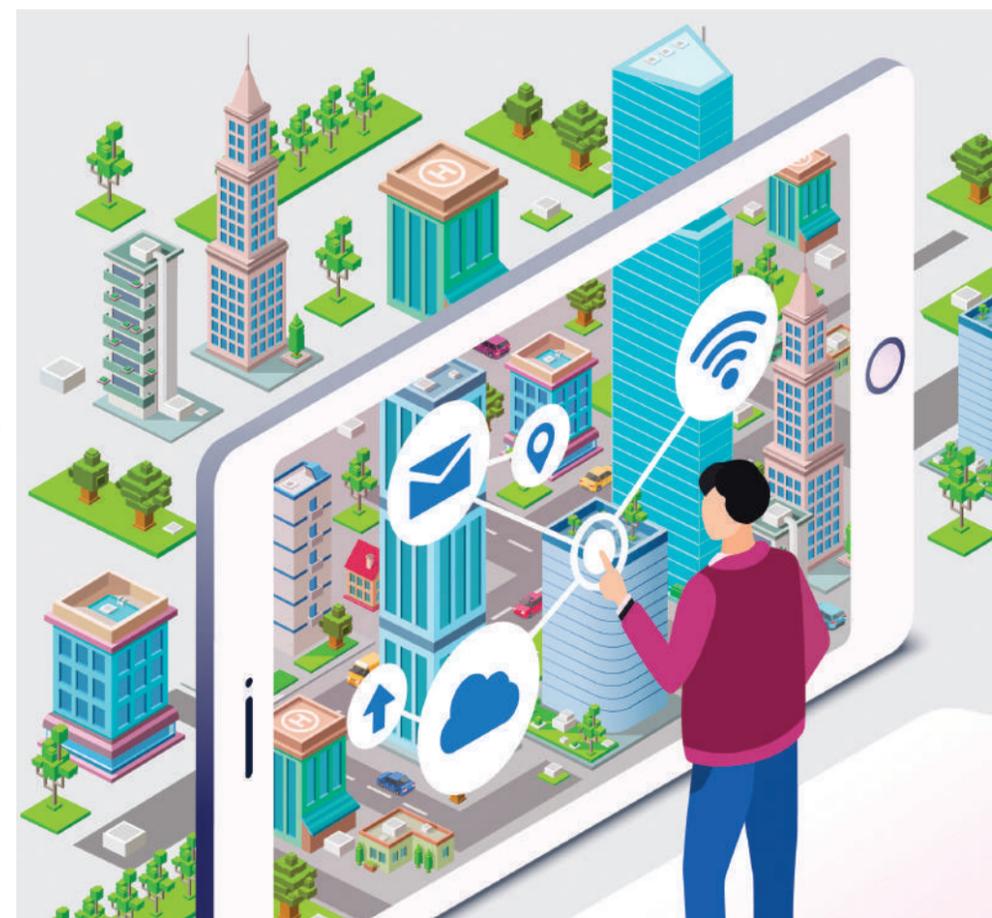
Anderson Correia afirmou na reunião que a retomada do PATEM era um desejo de longa data do Instituto.

“É um projeto estratégico nosso, por isso essa cooperação com a APM é muito importante. Somos uma referência na área de gestão por sermos transversais, com estudos, consultorias, serviços e formação para diversos setores. Em breve teremos os primeiros resultados desse trabalho muito importante, que começa hoje a partir da assinatura desse acordo”, finalizou.

Encontro em Campinas

Ao final da reunião, Marcelo Barbieri convidou formalmente Correia e o IPT a participarem do 1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos no Estado de São Paulo, organizado pela APM e que acontecerá entre os dias 18 e 19 de novembro, no Instituto Agrônomo de Campinas.

O Instituto deverá ter uma participação especial, apresentando um painel e apresentando seus serviços aos gestores públicos paulistas que serão eleitos em outubro.





Plano local de habitação de interesse social (PLHIS) como estratégia para redução da inadequação de moradias

Luciana Oliveira, Fabiana Cleto, Alessandra Alfonsi

Pesquisadoras do Laboratório de Tecnologia e Desempenho de Sistemas Construtivos da unidade Habitação e Edificações do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT

A Política Nacional de Habitação (PNH) prevê a organização de um Sistema Nacional de Habitação (SNH) como um instrumento de organização dos agentes que atuam na área de habitação e como meio para reu-

nir os esforços dos governos (União, Estados e Municípios) e do mercado privado, além de cooperativas e associações populares, para combater o déficit habitacional. Portanto, o planejamento habitacional municipal deve estar articulado à Política

Nacional de Habitação (PNH) e à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) é um dos instrumentos de implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e deve cumprir

o papel de planejar as ações do setor habitacional local, de forma articulada com os demais níveis de governo. A adesão ao SNHIS é voluntária e se dá a partir da assinatura do termo de adesão, por Estados, Municípios e Distrito Federal.

Segundo o Guia de Adesão ao SNHIS, o PLHIS deve ser entendido como “um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação de intervenção que expressem o entendimento dos governos locais e dos agentes sociais e institucionais quanto à orientação do planejamento local do setor habitacional, especialmente à habitação de interesse social, (...) tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados na localidade”. Na prática o PLHIS é um plano de ação municipal que precisa estar articulado com as premissas e orientações do Plano Diretor municipal, no qual, a partir de um diagnóstico local, são estabelecidas estratégias para resolver as necessidades habitacionais, tanto as do

mercado quanto aquelas de interesse social, considerando a vocação do município. Deve ser aplicado e utilizado como um instrumento de tomada de decisão e de gestão da política habitacional.

Assim, o objetivo deste artigo é abordar as estratégias possíveis relacionadas às ações que podem constar no PLHIS quanto à melhoria da qualidade habitacional. Observa-se que aqui, a melhoria da qualidade justifica-se pela necessidade de melhorar a inadequação das moradias, sejam as informais ou formais.

Este artigo foi desenvolvido com base em pesquisas bibliográficas e experiências das autoras em trabalhos, teóricos e práticos, relacionados ao tema de melhoria da qualidade de habitações de interesse social. O tema se relaciona também com a qualidade da infraestrutura urbana, cuja premissa deve incluir resiliências climáticas, visando à sustentabilidade ambiental e social.

A moradia digna é aquela provida de redes de infraestrutura (transporte coletivo, água, esgoto, luz, coleta de lixo, pavimentação, telefone); com acesso a equipamentos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer; instalações sanitárias adequadas; condições mínimas de conforto e habitabilidade; e utilização por uma única família. Tal conceito serve de diretriz tanto para a produção de novas unidades habitacionais de interesse social, como também para a urbanização, regularização e melhorias do estoque de moradias precárias em favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e áreas centrais degradadas. No caso dos assentamentos precários, a partir deste conceito, deve-se identificar o que falta para que seja atingido o patamar básico descrito, definindo assim o tipo de intervenção a ser implementado em cada assentamento ().

O objetivo das intervenções de urbanização e de integração urbana



Figura 1: moradia precária
Fonte: autoras



Figura 2: moradia inadequada
Fonte: autoras

é o de garantir um patamar básico de qualidade habitacional e urbana, considerando a erradicação das situações de risco; a implantação de infraestrutura básica, priorizando o saneamento ambiental; a ampliação da mobilidade e do acesso aos diversos equipamentos urbanos; a adequação da unidade habitacional; a regularização fundiária; e, ainda, as ações relativas à inclusão social de seus moradores.

Quanto ao conceito de déficit habitacional são utilizados indicadores que buscam estimar a necessidade de substituição ou mesmo construção de habitações devido à grande precariedade de determinadas habitações (domicílios improvisados, rústicos, como ilustrado na Figura 1), ao ônus excessivo com aluguel e à existência de coabitação (famílias habitando cômodos e unidades do-

mésticas conviventes). Esses indicadores têm o papel de dimensionar a quantidade de habitações que são incapazes de atender o direito de acesso, por parte de segmentos da população brasileira, a uma habitação minimamente adequada.

Em 2022, o déficit habitacional do Brasil totalizou aproximadamente seis milhões de domicílios, assim, estima-se que o déficit quantitativo do Brasil é da ordem de 8% do estoque e a inadequação (déficit qualitativo) de 33% (FJP, números médios do país) ().

O termo “inadequação” ou “déficit qualitativo” é usado para se referir àquelas moradias inadequadas que precisam passar por reformas e melhorias, para que apresentem níveis mínimos de segurança e habitabilidade. Segundo a Fundação

João Pinheiro (FJP)² a inadequação está relacionada com a necessidade de melhoria para manutenção do estoque, devido à carência de infraestrutura urbana, inadequação edilícia e inadequação fundiária (falta de registros e documentos formais da habitação), que ocorre geralmente em assentamentos urbanos precários. A carência de infraestrutura relaciona-se a falta de instalações de qualquer natureza, energia, esgoto, água, etc. Já a inadequação edilícia, ilustrada pela Figura 2 refere-se à falta de instalações na habitação, em especial de banheiros, ou problemas com estanqueidade à água (este último sendo uma consideração das autoras do artigo).

Existem estudos, como do IPEA, (2023)³ que mostram que apesar da inadequação ser o maior percentual das situações, menos do que 10%

dos investimentos realizados no ano de 2022, por exemplo, foram para financiamento de melhorias habitacionais.

Complementarmente, entende-se que, além do déficit e da inadequação, existem aquelas habitações com desempenho comprometido, particularmente com problemas de durabilidade, seja por questões de habitabilidade (infiltração de umidade, por exemplo), segurança estrutural, ou de degradação precoce; mas que foram construídas em áreas regularizadas. A Figura 3 mostra que no dimensionamento das necessidades habitacionais essa situação precisa ser incluída. A Figura 4 apresenta situação típica de comprometimento da durabilidade da edificação, caso em que a vida útil (um dos critérios para mensurar a sua durabilidade) pode se tornar menor do que o exigido por norma e esperado pelo poder público. Segundo a ABNT NBR 15575-1 (2021)⁴, a estrutura de uma habitação deve ter uma vida útil mínima de 50 anos, porém, dependendo da quantidade de problemas

relativos à sua durabilidade, pode haver uma redução dessa vida útil, tendo-se a necessidade de intervir com programas de reformas ou substituições de partes desta edificação precocemente.

Nesse sentido, além da necessidade de atuação em programas de melhoria da qualidade da habitação, nas fases de projeto e execução, para as construções novas, é preciso pensar em como atuar na manutenção e na recuperação das habitações existentes e que já apresentam problemas que afetam sua durabilidade, mas que não são consideradas na classificação de moradias inadequadas. O crescimento da construção civil ainda está restrito, em geral, à produção de novas edificações e não vem sendo acompanhado por um incremento proporcional nos serviços de manutenção do estoque existente. Na prática, é difícil encontrar estudos que explicitem os custos dos serviços de manutenção e de reforma em relação ao custo de produção de novas edificações.

Nesse contexto, é importante uma reflexão sobre a quem incide a responsabilidade da manutenção e recuperação das habitações de interesse social que não estão em assentamentos urbanos precários e não são classificadas como moradias inadequadas. Para o caso de habitações de interesse social cujas construções são subsidiadas pelo poder público, é certo que tais usuários precisarão de apoio, tanto técnico quanto financeiro, para realizar operações de manutenção. A Lei Federal nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008 (Lei de ATHIS)⁵ reforça essa premissa, pois trata de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (para família de até 03 salários mínimos), que deve ser prestada de maneira “pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”, abrangendo “todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação”.

DIAGRAMA CONCEITUAL DA COMPOSIÇÃO DAS NECESSIDADES HABITACIONAIS

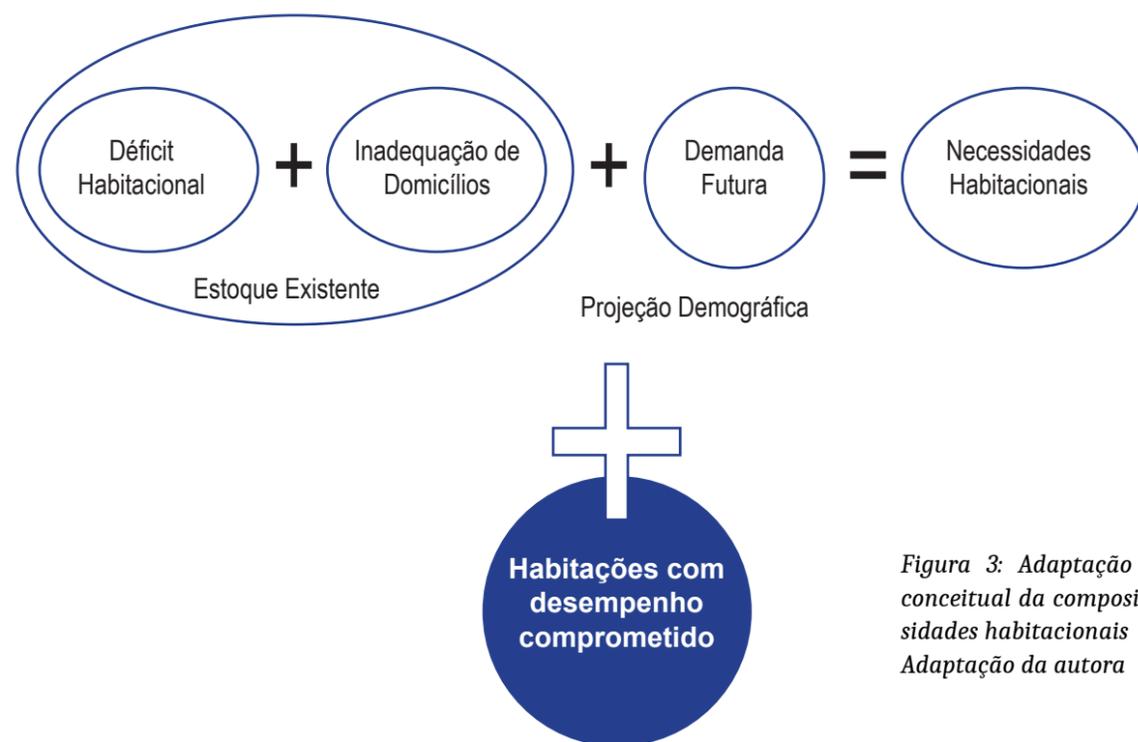
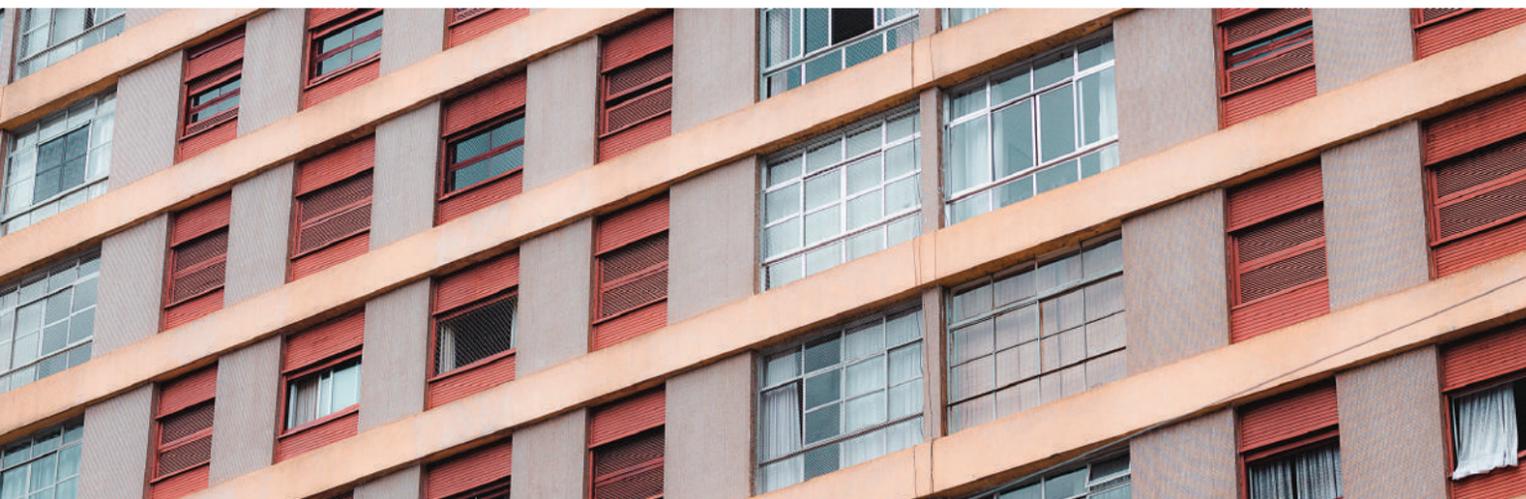


Figura 3: Adaptação do diagrama conceitual da composição das necessidades habitacionais
Adaptação da autora



Figura 4: Edifícios habitacionais com problemas de umidade que afetam a habitabilidade e, consequentemente, a durabilidade (face externa e interna da parede de fachada) Fonte: autora



As políticas públicas precisam que as diretrizes para construção abordem: a análise do custo global da edificação, incluindo, além do custo de produção, a estimativa do custo de operação e de manutenção das edificações ao longo de sua vida útil de projeto; a discussão de programas de parceria público privado, nos quais a iniciativa privada poderia ficar responsável pela manutenção das edificações por um determinado período; a orientação a ser dada ao morador, quanto ao uso e à manutenção do seu imóvel; e a destinação de recursos para apoiar tecnicamente e financeiramente as operações de manutenção de habitações de interesse social, particularmente daqueles grupos contemplados pelo FAIXA

1 e 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida (famílias com renda de até 03 salários mínimos e que se enquadram na lei do ATHIS).

Entende-se, portanto, que a necessidade de melhorias das moradias inadequadas e dos conjuntos habitacionais precários podem ser contemplados no PLHIS para apoio à definição de decretos que implementem as ações propostas no documento. O PLHIS, geralmente, é estruturado em partes: Caracterização do Município, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação. Nesta etapa de estratégias, entende-se que seja contemplado programas de reintegração urbanística e fundiária, de melhoria da unidade habita-

cional e das moradias classificadas como inadequadas, como a criação de programas de financiamento e de orientações para o morador¹. Sugere-se que se incluam outros programas, como o de Recuperação de Conjuntos Habitacionais que se encontram degradados. Tal programa pode ser promovido pelo setor público, destinado à população de baixa renda e consiste na execução de reforma de edificação, construção ou recuperação de equipamentos comunitários e/ou obras de infraestrutura. Importante que nesses programas, o governo local use seu poder de compra para exigir a comprovação da qualidade de projetos, dos materiais de construção e da execução das edificações.

Referências

- ¹ Livro base do curso à distância: *Planos Locais de Habitação de Interesse Social* - ISBN:978.85-60133-98-7
- ² Fundação João Pinheiro - *Déficit Habitacional*. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>, acesso em 08/09/22.
- ³ IPEA. *A política de habitação social do governo federal: passado recente e perspectivas para um novo ciclo de planejamento*. Brasília, 2023. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11892/1/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Preliminar_BPS_n30_NPS_politica_habitacao_social....pdf >, acesso em março de 2024.
- ⁴ Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 15575-4 (2021): *Edificações habitacionais - Desempenho - parte 4: Requisitos para os sistemas de vedações verticais*. Rio de Janeiro, Brasil.
- ⁵ Lei federal nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008 (Lei de ATHIS). A Lei federal nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008 (Lei de ATHIS)

APM e Serpro avançam em parceria para modernização dos municípios

O presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcelo Barbieri, recebeu no final do mês de agosto, representantes do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para discutir uma nova parceria de cooperação técnica. A iniciativa visa disponibilizar aos municípios paulistas ferramentas e soluções tecnológicas que possam modernizar a gestão pública em áreas essenciais como arrecadação, saúde e educação.

Com a recente aprovação da Reforma Tributária, os municípios enfrentam desafios que exigem uma modernização acelerada. "Estamos em um momento crucial, onde as prefeituras precisam se adaptar a novos processos de arrecadação, como a emissão obrigatória da nota fiscal eletrô-

ca", destacou Barbieri. Segundo o presidente da APM, a parceria com o Serpro permitirá que os gestores públicos municipais implementem soluções tecnológicas de ponta, otimizando não apenas a arrecadação, mas também outros serviços essenciais, como os prestados nas áreas de saúde e educação. "O objetivo é oferecer respostas rápidas e melhorar a qualificação dos processos municipais", completou.

O Serpro, que é líder no mercado de Tecnologia da Informação para o setor público, oferece uma gama de serviços que incluem desde Certificação Digital até soluções de nuvem de dados e biometria, direcionados tanto para o setor público quanto para o privado. Esses produtos são vistos como fundamentais para o desenvol-

vimento de uma gestão pública mais eficiente e transparente.

Estiveram presentes na reunião, além de Barbieri, a representante da APM Soluções, Beatriz Gusmão, e os seguintes membros do Serpro: Karina Bastos, gerente de negócios para governo; André Agatte, assessor da presidência; Henrique Mattiello, gerente de departamento; Felipe Lopes, gerente de inovação; e Antonio Henrique Mexas, analista de negócios.

Com a expectativa de formalização em breve, a parceria entre APM e Serpro promete acelerar o processo de modernização dos municípios, preparando-os para os desafios e oportunidades que surgem com a transformação digital no setor público.



Iniciativa do Sebrae, Crie Políticas Públicas já atendeu mais de 500 gestores municipais de cultura em todo o Brasil

Projeto realizou, desde seu lançamento em fevereiro de 2024, quase 2 mil horas de consultorias exclusivas para municípios

A implementação de políticas públicas voltadas para iniciativas culturais e negócios de economia criativa tem sido o principal alvo do projeto Crie Políticas Públicas. Ativo desde fevereiro de 2024 e criado pelo Polo de Referência Nacional em Economia Criativa, liderado pelo Sebrae-SP em parceria com o Sebrae Nacional, o projeto vem realizando mais de 100 atendimentos mensais desde o mês de março e já atendeu mais de 500 gestores municipais de cultura em todo o Brasil.

O atendimento do projeto conta com orientações coletivas, que tratam de temas relevantes para apoiar gestores públicos da área na implementação das políticas públicas culturais e economia criativa, promovidas diariamente, com uma programação semanal divulgada amplamente. Também compõem as ferramentas de atendimento as mentorias individuais, voltadas para gestores públicos da área cultural de municípios de todo o Brasil, e realizadas por especialistas em

políticas públicas culturais de forma gratuita e personalizada.

Desde o início do Crie Políticas Públicas, já foram realizadas mais de 400 horas de orientações coletivas ao vivo, 158 horas de mentorias individuais e 1342 horas de consultorias exclusivas para municípios selecionados no chamamento público, totalizando 1,9 mil horas de atendimentos. Foram discutidos, ao longo dos atendimentos, temas como oitivas e consultas públicas no âmbito da

PNAB, editais, adequação orçamentária, prestação de contas da LPG e PNAB, elaboração da Lei do SMC, atualização de cadastro junto ao SNC, criação de conselhos e outras temáticas como compras públicas de bens e serviços culturais, Economia Criativa, Patrimônio Cultural, entre outros.

Neste contexto, destacam-se as participações do Estado de São Paulo, com 183 municípios atendidos, 724,25 horas em Consultorias Customizadas e 100 horas em mentorias individuais. Os serviços seguem disponíveis para todos os municípios do Estado de São Paulo, com foco nas necessidades dos gestores locais.

Os encontros pautam e discorrem sobre dúvidas e orientações que viabilizem o acesso dos gestores municipais de cultura à política cultural nacional, por meio de editais, leis e mecanismos disponíveis e instruídos pelo Ministério da Cultura (MINC). Neste contexto, destacam-se os conteúdos relacionados à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), a

aplicação da Lei Paulo Gustavo (LPG), orientações para a realização do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) e dúvidas a respeito do Sistema Municipal de Cultura (SMC).

Entre os impactados, Alexandre Mendes, diretor municipal de Cultura de Capão Bonito, São Paulo, explicita que o alcance da iniciativa do Sebrae é empoderador. "O Crie é um projeto de políticas públicas culturais que atravessa as barreiras territoriais de um país imenso e avança levando a luz do conhecimento a pequenos municípios, naquilo que entendo como Brasil profundo."

Chegando a uma nova etapa neste segundo semestre, o projeto do Sebrae-SP expande a metodologia e apresenta uma variedade de estratégias para acompanhar os gestores municipais de cultura em suas necessidades. Neste contexto, destaca-se a ampliação dos serviços que estão sendo prestados, passando a ofertar mentorias estruturadas a partir do diagnóstico de demandas locais, mentorias temáticas na forma de tira-dúvidas, encontros com representantes do MINC e de outros órgão e agentes representativos do setor e mini cursos regionalizados. Entre os assuntos discutidos por meio da ferramenta dos minicursos estão: prestação de contas, planejamento anual de políticas culturais, empreendedorismo e economia criativa, além de acessibilidade, ações afirmativas, cotas e contrapartidas.

O Crie Políticas Públicas viabiliza a operacionalização de dispositivos de fomento à cultura e promove a independência dos gestores culturais municipais para elaborar e gerir as ações necessárias do setor. O trabalho alcançou 26 unidades federativas que tiveram as consultorias finalizadas e viabilizaram avanços como a finalização do Plano Anu-

al de Aplicação de Recursos, que já foi enviado por 119 municípios após ações do projeto. O projeto foi fundamental, inclusive, para auxiliar e mobilizar os gestores municipais no envio do PAAR da Política Nacional Aldir Blanc em tempo para que não houvesse prejuízo no repasse de recursos para políticas culturais nos municípios.

As ações do projeto promoveram mudanças no trabalho de gestores como Ana Cláudia, de Januária (MG), que participou de 86 orientações coletivas. "Graças ao Crie Políticas Públicas, estamos aprendendo bastante e tem feito uma grande diferença na operacionalização e execução dos serviços da política cultural no município. Esperamos que o projeto continue e possa expandir para outros segmentos e outras políticas públicas (Assistência Social, Educação, Saúde). O CRIE está sendo crucial para o desenvolvimento da nossa política de cultura. Agradeço muitíssimo pela oportunidade de participar e pelo relevante conhecimento", contou a gestora da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (Setur) do município mineiro.

Para gestores de São Paulo e demais regiões, ainda há disponibilidade de participação no Projeto, por meio do agendamento de mentorias individuais, e estruturadas, mini cursos regionalizados e orientações coletivas, que podem ser acessadas por meio dos contatos abaixo:

Gestão de Monitoramento
Projeto Crie Políticas Públicas SAC:
<https://wa.me/+553591296205>
Plataforma: <https://sistema.ame-cultura.com.br/>
Grupo de WhatsApp: <https://chat.whatsapp.com/Ljsl9ywZBI0899BamIXuOS>

A Importância do BIM para as Administrações Municipais: A Iniciativa do SEESP

O BIM como preferência em licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, após a promulgação da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021).

A adoção do BIM (Building Information Modeling) nas administrações municipais é uma oportunidade de transformar a gestão pública tornando-a mais transparente, eficiente e sustentável, face à mudança na legislação sua relevância estratégica vem se destacando.

O projeto "BIM SEESP Prefeituras" oferece uma abordagem personalizada, adaptando as soluções BIM às realidades específicas de cada município maximizando os benefícios e garantindo uma gestão pública mais alinhada com as demandas atuais.

Introdução

O avanço da tecnologia trouxe mudanças significativas para a gestão pública, especialmente com a promulgação da nova Lei de

Licitações (Lei 14.133/2021). Esta legislação destacou o BIM como uma preferência em licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, aumentando o interesse dos gestores públicos por essa metodologia. Neste contexto, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP) lançou o projeto BIM SEESP Prefeituras para auxiliar os municípios na adoção e implementação do BIM, respeitando suas particularidades e desafios locais.

Novos cenários

Com a entrada em vigor da nova Lei de Licitações o interesse dos agentes públicos pelo BIM aumentou significativamente, pois o artigo 19 da referida lei menciona a preferência "nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura" para projetos elaborados em BIM.



Diante desse cenário, o SEESP, instituição com 90 anos, cuja missão inclui a qualificação de profissionais da engenharia e da construção, desenvolveu o projeto BIM SEESP Prefeituras para atender a essas necessidades. Embora as demandas possam ser semelhantes, o fluxo de trabalho e os parâmetros envolvidos variam, exigindo uma implementação individualizada que normalmente inclui planejamento, orçamentação e o uso de ferramentas BIM.

O projeto

O BIM SEESP Prefeituras tem consciência de que o "BIM não é um produto de prateleira", pois cada município tem suas próprias particularidades e desafios. É por isso que, ao falar em BIM, não se

pode falar em soluções genéricas. O compromisso dos envolvidos no projeto é entender as especificidades de cada cidade, desde as mais complexas até as de menor porte, oferecendo uma abordagem personalizada que respeite as realidades locais e potencie os recursos disponíveis. Esse é o motivo pelo qual o SEESP, em parceria com consultores especializados, está pronto para atender às necessidades específicas de cada município.

Vivemos um momento de grandes transformações na gestão pública, onde a inovação tecnológica se torna cada vez mais imprescindível para o desenvolvimento urbano sustentável e eficiente. A implantação do processo BIM surge como uma poderosa ferramenta para os gestores municipais que

buscam otimizar seus recursos, desde o planejamento até a execução de obras públicas.

O BIM não é apenas uma tecnologia, mas um método que revoluciona a maneira de projetar, construir e gerenciar os espaços urbanos. Por meio dele, é possível integrar diversas disciplinas em um único modelo digital, facilitando a tomada de decisões e garantindo maior precisão na orçamentação e no planejamento. Assim, não só se evita o desperdício de recursos como também se assegura maior transparência e eficiência em cada projeto.

O SEESP acredita que essa compreensão das individualidades municipais é o que permitirá o verdadeiro sucesso na adoção do BIM, tornando-o um aliado estratégico no desen-

volvimento urbano e na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

O convite do SEESP

"Estamos aqui para caminhar lado a lado com cada um de vocês, oferecendo não apenas uma plataforma, mas um verdadeiro parceiro no processo de modernização e inovação de suas gestões.

Estamos à disposição para discutir como o BIM pode ser integrado de forma eficaz em suas cidades, adaptando-se às suas necessidades e objetivos. Contem conosco para transformar desafios em oportunidades e construir juntos um futuro mais sustentável e inteligente. Queremos caminhar ao lado de vocês nesse processo, ajudando a transformar seus municípios em exemplos de inovação e eficiência."



Estado de São Paulo é o maior exportador de flores do país

Com a chegada da primavera, São Paulo se veste de cores e amplia seu destaque como maior produtor e exportador de flores do país. De acordo com dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta), da Secretaria de Agricultura do Governo de São Paulo, o estado é responsável por 64,3% da produção nacional. Além disso, se destaca tanto no mercado interno quanto no internacional, levando cerca de US\$ 9,27 milhões de exportação da sua diversidade floral para outros países no ano de 2023, com uma alta de 17% em comparação com o ano anterior.

O protagonismo no setor não é por acaso – a posição foi consolidada com anos de investimento e paixão pela floricultura paulista. A produção de 2023, em comparação ao ano anterior, teve um crescimento de 18% no culti-

vo em espécies variadas, com 1.858.207 kg (quase 1,9 mil toneladas) em 2022 e 2.196.369 kg (quase 2,2 mil toneladas) no ano seguinte.

Produção por tipos de flores

Os bulbos, tubérculos, rizomas e similares tiveram a maior produção em 2023 (1,8 mil toneladas), com o consequente maior valor de exportação (R\$ 4,9 milhões) – alta de 21% e 33%, respectivamente, em relação a 2022.

As mudas de plantas ornamentais vêm em seguida, com a produção de 289 toneladas e exportação no valor de R\$ 3,4 milhões.

As outras plantas vivas, estacas e enxertos tiveram aumento de 63% no valor de exportação (de R\$ 433,5 mil para R\$ 706 mil) e de 76% na produ-

ção em relação a 2022 (de 34,5 toneladas para 60,6 toneladas).

Já as flores de cortes frescas tiveram aumento de 164% nos valores de exportação – de R\$ 39.261 para R\$ 103.991. A indústria de flores, além de embelezar, também movimentava a economia de São Paulo, com apoio de programas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e cursos de capacitação do Estado. Conheça a história de duas produtoras que fazem parte dessa primavera florida.

Produção sustentável e reutilização

Gilmara Luzia, 52 anos, começou na agricultura familiar cultivando algodão e laranja há vinte anos, mas a produção da fruta sofreu com pragas e oscilou por conta do clima e tempe-

ratura, fazendo com que a produtora mudasse de ramo.

Com muita dedicação e auxílio técnico, Gilmara participou de cursos na Casa de Agricultura, instituição ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, migrando para o setor de flores e plantas ornamentais.

A propriedade dela em Artur Nogueira, Região Metropolitana de Campinas, com 13 mil metros quadrados de construção, conta com uma estufa de 5.000 metros quadrados para realizar o plantio intensivo, cultivo protegido que controla o clima no ambiente fechado e não gera risco de perda em caso de chuvas fortes ou seca extensa.

“Foi um desafio no início”, relembra Gilmara. “Tivemos que tentar algo novo, mas, com a estufa, a gente não tem nenhuma interferência de produção nem nas estações e começamos a ver os resultados. Hoje, nosso forte são plantas exóticas.”

Com uma produção anual de 180 mil vasos, Gilmara conta que algumas das

plantas saem do padrão do comércio ou não crescem muito, dificultando a venda. Porém, a produtora adaptou seu cultivo e não desperdiça nenhuma planta.

“Às vezes, algumas delas estão doentinhas, mas a gente não joga fora. No final, fazemos um arranjo em um vaso bem grande com várias plantas. Não tem desperdício aqui, a gente tem esse cuidado com a natureza e toda nossa produção encontra um novo lar” afirma Gilmara.

Ela também trabalha com um sistema para reutilizar água da chuva no telhado da estufa, estocando um volume alto de água durante dois meses, usado para irrigar as plantas no resto do ano.

Cultivo familiar

Na mesma região, a produtora Lázinha Pereira, 58 anos, decidiu criar um legado de cultivo com sua família. Trabalhando com o marido e filhos, ela apostou no ramo de suculentas e uniu a inovação para aumentar a competi-

tividade no mercado de flores. Lázinha trabalhou em uma produtora de suculentas em Vargem Grande Paulista durante 30 anos, conhecendo a cultura e aprimorando seus aprendizados. Em 2021, conquistou suas próprias terras e iniciou seu plantio em um terreno de 20 mil metros quadrados.

Com média de 400 mil plantas produzidas ao ano, Lázinha passou a cooperar com o Veiling Holambra, um complexo comercial e logístico do mercado nacional de flores e plantas que trabalha com vendas à distância e distribuição de produtos.

A produtora segue buscando crescer ao aplicar em novas técnicas de plantio, unindo mudas variadas em arranjos únicos e impulsionando o negócio. Algumas de suas suculentas foram expostas no Expoflora, o maior evento de flores e plantas da América Latina. “Eu não pensei que um dia seríamos grandes fornecedores. Achava isso impossível, que não tínhamos condições. Mas nada é impossível, principalmente com a nossa família junto” conclui.





São Paulo terá um Observatório de Transformação Digital

No dia 15 de agosto, o InovaUSP sediou o lançamento do Observatório de Transformação Digital do Estado de São Paulo, uma iniciativa conjunta da Universidade de São Paulo (USP) e da Frente Parlamentar Paulista de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).

O projeto tem como objetivo acelerar a transformação digital nos municípios paulistas e promover a inclusão digital, social e econômica dos cidadãos, em meio ao desenvolvimento das A instalação foi viabilizada por meio de emenda parlamentar ao Orçamento do Estado destinada exclusivamente para o projeto, pelo deputado estadual Luiz Claudio Marcolino (PT/SP).

O parlamentar é coordenador da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia, Inovação e sua Integração com o Mercado de Trabalho que fez essa parceria inédita com o Inova USP para a criação do Observatório. O valor da emenda para o projeto foi de R\$ 400 mil.

"O foco desse projeto também é o da inclusão das pessoas para que o avanço da tecnologia nas cidades proporcione, de maneira contínua, a melhora da qualidade de vida de todo o povo paulista. E para definir diretrizes o conhecimento, a coleta de dados, a análise dos indicadores são fundamentais para a gestão municipal. O Observatório terá um papel importante no desenvolvimento

tecnológico do estado de São Paulo", disse o deputado Marcolino.

A cerimônia reuniu autoridades e representantes de diversos municípios e instituições, entre elas a ONA Favela Tech, a Associação Paulista de Municípios (APM), a Rede Nacional de Consórcios Municipais, Parques Tecnológicos e universidades, na sede da Inova USP, a Casa do Observatório de Transformação Digital.

Participaram o professor Marcos Martins, coordenador de Ensino Superior que representou o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, o secretário de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

(MCTI), Henrique de Oliveira Miguel, o diretor de Incentivos às Tecnologias Digitais do MCTI, Hamilton Mendes da Silva, no Ministério da Ciência e Tecnologia e o secretário-executivo da Casa Civil do Governo do Estado, Fraide Sales.

O diretor do Inova USP, professor Marcelo Zuffo e o professor Raul Gonzales Lima, professor adjunto de inovação, destacaram o trabalho conjunto dos pesquisadores da USP, de diferentes áreas do conhecimento que vão atuar de forma integrada no Observatório, que passa a contar, além da parceria com a Frente Parlamentar, do apoio do Governo do Estado e do Governo Federal. "Transformar o conhecimento em qualidade de vida para a população é o que chamamos de inovação", ressaltou Zuffo.

A Associação Paulista de Municípios contou com a participação do seu presidente Marcelo Barbieri, que aproveitou a oportunidade para salientar a importância da iniciativa para os municípios paulistas.

"A transformação digital é uma das prioridades nas políticas públicas. Precisamos unir todos os esforços possíveis entre os diferentes setores para a criação de soluções que

impactem diretamente a sociedade como um todo. A participação do InovaUSP é fundamental para os municípios paulistas", disse o presidente da APM.





Emendas: origem e destino

Participação do Congresso no orçamento tem de ser às claras e eficaz

Desde 2015, o Poder Legislativo vem ganhando protagonismo na distribuição dos recursos orçamentários. Nesse ano, o Congresso inseriu na Constituição a obrigatoriedade de execução das emendas individuais, expediente a que todo parlamentar já tinha direito, mas cuja liberação era, até então, incerta e dependia de uma decisão política do Executivo.

Depois, em 2019, foi a vez das emendas de bancadas estaduais se tornarem impositivas. Além disso, dois outros tipos de emendas, essas não obrigatórias, ganharam evidência –e, sobretudo, musculatura– no período: as de relator e as de comissão.

Todo esse movimento fez aumentar bastante o volume de dinheiro público sob controle dos parlamen-

tares, conferindo ao Legislativo um grande poder na ordenação de despesas federais. Em 2024, estima-se que deputados e senadores decidirão o destino de quase R\$ 52 bilhões, nada menos que 23% de todo o gasto discricionário –o montante que resta após as despesas obrigatórias, como aposentadorias, salários e os pisos constitucionais da saúde e da educação.

Como mostraram Hélio Tollini e Marcos Mendes, em artigo publicado na Folha de S.Paulo, em nenhuma das grandes democracias há um Parlamento com tamanho controle sobre o Orçamento. Segundo o texto, em 53% dos países da OCDE, os congressistas não podem nem emendar o Orçamento. Em países que admitem o instrumento, como Estados Unidos, Espanha e Itália, ele não ultrapassa 1% das despesas discricionárias.

Não bastassem as consequências políticas dessa excessiva concentração de recursos –com reflexos óbvios na governabilidade do país–, parte expressiva dessas transferências ainda vem ferindo princípios constitucionais como os da transparência, da publicidade e da eficiência.

Diante disso, o Supremo Tribunal Federal tomou duas decisões importantes neste mês de agosto. Na primeira, determinou que o governo só execute gastos de emendas de comissão que tenham prévia e total rastreabilidade; na segunda, suspendeu os desembolsos das emendas impositivas até que sejam adotadas regras que garantam o acompanhamento da trajetória da verba, a prestação de contas e a observância de limites fiscais. A última decisão afeta principalmente as chamadas transferências especiais, uma modalidade de emenda individual popularmente conhecida como emenda Pix.

Grosso modo, nas emendas de comissão o problema se dá na origem –não é possível conhecer o padrinho da verba–, ao passo que nas transferências especiais, a questão é o destino –não se sabe como o recurso foi usado. Já que no primeiro caso a situação é basicamente idêntica ao do orçamento secreto, proibido pelo

STF no fim de 2022, falemos um pouco do segundo.

Implementada em 2019 sob o pretexto de agilizar a execução de políticas públicas, as emendas Pix permitem que deputados e senadores destinem recursos a entes federados de forma direta, sem a necessidade de vinculação a projetos específicos ou a formalização de convênios. Essa moeda, contudo, tem uma outra face pouco republicana: falta de controle formal e de transparência sobre o destino das verbas. Nem o parlamentar precisa informar o que vai ser feito com o dinheiro nem o receptor do recurso, em geral um prefeito, é obrigado a informar como o gastou. Isso, claro, abre brechas para eventuais desvios, como vem mostrando a imprensa e a Polícia Federal. Neste ano, os congressistas terão o poder de destinar R\$ 8,2 bilhões por meio da modalidade Pix.

Mas mesmo quando essas verbas são aplicadas corretamente, pode haver problemas. O dinheiro dessas emendas acaba pulverizado nos reductos políticos dos parlamentares, o que dificulta a reunião de recursos para investimentos maiores, que resolvam problemas de infraestrutura, e leva a uma perda de eficiência do gasto público.

Na semana passada, após uma reunião com representantes dos três poderes, acordou-se que seriam editadas novas regras para aumentar a transparência e a rastreabilidade do dinheiro das emendas.

Independentemente do resultado de tais movimentações, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vem, por iniciativa própria, buscando dar a sua contribuição. No ano passado, a instituição promoveu um esforço

fiscalizatório com o intuito de verificar a correta aplicação dos recursos oriundos das emendas Pix que saem do orçamento da União e chegam aos cofres municipais. De janeiro de 2022 a agosto de 2023, 565 das 644 cidades paulistas receberam R\$ 760 milhões dessa forma.

A diligência do TCESP buscou identificar os responsáveis pelo recebimento, controle e aplicação das verbas nos municípios jurisdicionados; verificar a contabilização das transferências recebidas e correspondentes despesas realizadas; examinar a movimentação financeira dos recursos em contas bancárias específicas e fiscalizar a finalidade e a destinação do dinheiro enviado por parlamentares, entre outras ações. Neste ano, o tribunal não só repetirá a empreitada como irá ampliá-la, para averiguar também os demais tipos de emendas.

É sem dúvida legítimo que o Legislativo defina o destino de parte do Orçamento federal. Deve fazê-lo, contudo, de maneira transparente e eficaz, atributos básicos do Estado Democrático de Direito.



Dimas Ramalho

é *conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.*



Como ficaram os convênios na Nova Lei de Licitações?

É de conhecimento geral que entrou em vigor a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), substituindo integralmente as previsões da antiga Lei Federal nº 8.666/1993.

Os Municípios estão todos buscando se adaptar da melhor forma possível às novas determinações legais.

De fato, a Nova Lei traz uma perspectiva gerencial que dedica atenção especial à governança das contratações e aos principais aspectos que a envolvem como planejamento, gestão de pessoas, controle, gestão de riscos e eficiência administrativa, trazendo um contorno distinto daquele a que a Administração Pública estava acostumada com a lei antiga.

Uma dúvida que ainda surge comumente se refere à aplicação do novo diploma legal aos convênios. Os convênios estão submetidos ao novo regramento ou não?

A antiga lei continha um dispositivo que disciplinava o conteúdo mínimo dos planos de trabalho que acompanhavam os convênios, con-

ferindo alguma disciplina a esses instrumentos.

Contudo, a Nova Lei expressamente revogou aquele dispositivo, mencionando apenas que seu regramento se aplica “no que couber e de forma específica” aos convênios firmados pela Administração Pública na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo Federal.

Afinal, o que isso significa?

Significa que a Nova Lei de Licitações se aplica aos convênios firmados pelos Municípios desde que as disposições sejam cabíveis (ou seja, sejam aplicáveis) e não exista nor-

ma local específica disciplinando a matéria.

Em outras palavras, diante de um caso concreto em que as disposições da Nova Lei sejam cabíveis e em que a matéria não tenha sido regulamentada pelo Município, aplicam-se os seus dispositivos.

Nessa hipótese, a aplicação do novo diploma será realizada na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal, como no Decreto nº 11.531/2023.

Contudo, por se tratar de regulamentação na esfera federal, como o Decreto nº 11.531/2023, que dispõe

sobre convênios relativos às transferências de recursos da União, é possível que seus dispositivos – ou parte deles – não tenham aplicação direta sobre os Municípios, ou seja, não sejam “cabíveis”, estando ausente o primeiro requisito previsto na Lei para sua aplicação.

Por essa razão, é altamente recomendável que o Município regulemente, por Decreto do Executivo, a aplicação do novo diploma legal, definindo, por exemplo, a forma de prestação de contas, o conteúdo específico do plano de trabalho, a forma de monitoramento e avaliação etc.

Nada impede, contudo, que, inexistindo norma específica, o antigo artigo 116 da Lei nº 8.666/1993 seja utilizado como parâmetro para a celebração dos convênios até mesmo imediatamente, antes da regulamentação municipal.



Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do *Infra Woman Brazil*, autora dos livros *Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa* e *A Administração Pública e o Terceiro Setor*, e coautora dos livros *O Marco regulatório do Terceiro Setor* e *Vinte Anos de Constituição* (isabela.giglio@conam.com.br).



Novos prefeitos, antigos desafios

Com a proximidade das eleições, a ansiedade certamente tem se mostrado uma emoção recorrente, não somente para os candidatos e candidatas aos elevados cargos de Alcaldes, Alcaldessas e Edis dos 5.568 municípios do Brasil, mas também para os 202,6 milhões de brasileiros que neles residem.

E digo isso porque, parafraseando, os eleitos e eleitas para a gestão dos seus respectivos municípios, a partir de 1º de janeiro de 2025, se transformarão em verdadeiros super-homens e supermulheres diante dos desafios que os esperam, uma vez que, como bem sabemos, “com grandes poderes vêm grandes responsabilidades” (Stan Lee).

Heroísmo a parte, tenho que essas responsabilidades se tornam ainda mais evidentes diante da esperança depositada nessas eleições por cada eleitor e eleitora do Estado, sejam eles da cidade de Borá, com seus 811 habitantes, sejam

eles do Município de São Paulo, com seus quase 12 milhões de moradores.

E esse sentimento, após o resultado do pleito, se reverterá, quase que de imediato, em cobrança, principalmente em relação às promessas de campanha, em especial àquelas apresentadas nos respectivos planos de governo, pois, ao contrário de um passado não muito distante, em matéria de política, promessas têm se tornado dívidas, líquidas, certas e exigíveis.

Assim, os novos gestores deverão se preparar para enfrentar temas de grande relevância em suas cidades, se aperfeiçoando a cada dia, na difícil arte da política e da gestão pública.

Dentre esses temas, destacamos a **Gestão Fiscal e o Controle de Gastos**, uma vez que muitos municípios têm enfrentado evidente situação de desequilíbrio fiscal, com despesas superando receitas, especialmente em momentos de crise

econômica. Dessa forma, os novos gestores deverão, já nos primeiros dias de governo, se atentar à possíveis formas de aumento na arrecadação municipal, com o corte de despesas ineficientes e renegociação de dívidas, a fim de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro de seus Cofres Públicos, sem, com isso, prejudicar serviços essenciais.

Da mesma forma, a **Melhoria dos Serviços de Saúde** revelará diversos percalços, ainda que o Sistema Único de Saúde, apesar das incontáveis críticas que recebe, tenha se revelado forte e acessível durante a pandemia que assolou o Mundo.

O fortalecimento da rede de atenção básica, a redução das filas para consultas e exames e a melhora na gestão hospitalar serão temas que certamente farão parte do cotidiano dos novos gestores.

Outro tema de grande preocupação será a **Educação**, na medida que, somente o en-

sino de qualidade pode trazer o imprescindível desenvolvimento das cidades.

Em relação a essa obrigação constitucional, os novos gestores deverão estar atentos à recuperação da aprendizagem pós-pandemia, manutenção e o aperfeiçoamento da infraestrutura escolar, valorização e captação de profissionais da Educação, garantia irrestrita do acesso à educação infantil, redução da evasão escolar, o transporte e a alimentação escolar e principalmente o engajamento da comunidade e das famílias na Educação de seus filhos, fortalecendo assim o vínculo existente com as Unidades Escolares.

Em idêntica análise, a melhoria da **Infraestrutura e Mobilidade Urbana**, considerando que a sua expansão e modernização, incluindo o transporte público, pavimentação e saneamento básico, são demandas recorrentes da população.

Já, quanto a **Segurança Pública**, os Prefeitos e Prefeitas eleitos deverão promover um papel importante na sua atuação, apesar de ser, na maioria, de responsabilidade do Estado. A prevenção da violência por meio de políticas de urbanização, iluminação pública, apoio à guarda municipal e programas de inclusão social serão metas a serem cumpridas.

Por sua vez, em matéria de **Meio Ambiente e Sustentabilidade**, os novos Chefes do Poder Executivo serão compelidos a desenvolver políticas e ações efetivas para lidar com esse tema recorrente, promovendo um desenvolvimento urbano mais sustentável.

Alguns dos principais desafios ambientais para os municípios incluem a gestão de resíduos sólidos, o saneamento básico, poluição do ar e da água, as mudanças climáticas e eventos climáticos extremos, a preservação de áreas verdes e biodiversidade, a gestão de recursos hídricos, o planejamento urbano sustentável, dentre outras inúmeras reivindicações

No que se refere a **Habitação e Urbanização**, o déficit habitacional e a necessi-

dade de reurbanização de áreas degradadas ou ocupações irregulares serão os temas que certamente serão abordados pela população, durante a gestão dos novos Alcaldes e Alcaldessas do Estado.

Ademais, os desafios relacionados à habitação nos municípios brasileiros são complexos e refletem a necessidade de políticas públicas eficientes. Como é do conhecimento geral, a questão da habitação é central para o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

De natureza igual à **Inclusão Social e Redução das Desigualdades**, uma vez que o combate à pobreza, a desigualdade e promoção da inclusão social é um desafio contínuo. Prefeitos e prefeitas deverão investir em políticas públicas que garantam acesso aos serviços básicos, como saúde, educação e segurança, que promovam oportunidades de desenvolvimento para todos os cidadãos.

Já, em relação ao **Desenvolvimento Econômico e Geração de Empregos**, a habilidade de atração de investimentos e o fomento e o apoio ao empreendedorismo serão essenciais para a geração de novos empregos.

Os novos administradores precisarão criar um ambiente favorável para o crescimento econômico local e buscar parcerias público-privadas para impulsionar o desenvolvimento.

Outro desafio a ser enfrentado, será certamente o aumento da **Participação Cidadã e da Transparência**.

Aumentar a participação popular na gestão pública e garantir transparência nos processos administrativos são fundamentais para a boa governança.

A adoção de ferramentas de comunicação e engajamento com a população, além do fortalecimento dos mecanismos de controle social serão essenciais para uma boa gestão.

Finalmente, como último tema a ser abordado, sem prejuízo de outros de

igual relevância diz respeito a **Tecnologia e Inovação**, onde a digitalização dos serviços públicos, o uso de tecnologias para a melhoria da gestão e a implementação de cidades inteligentes serão desafios e oportunidades que certamente trarão modernidade à administração municipal.

Certo é que Prefeitos e Prefeitas precisarão investir em inovação para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

E nessa toada, a Associação Paulista de Municípios – APM realizará nos dias 18 e 19 de novembro de 2024 o “1º Encontro Municipalista de Prefeitos e Prefeitas Eleitos no Estado de São Paulo”, que reunirá os gestores eleitos em outubro, possibilitando o prévio conhecimento da máquina pública para aqueles que iniciarão seus mandatos, bem como a troca de informações e experiências entre aqueles que continuarão em seus cargos pelos próximos quatro anos.

Enfim, que bons ventos tragam novos ares para as cidades paulistas, sustentando as velas do desenvolvimento econômico, da educação, da saúde e de tantas outras reivindicações no desbravamento de novas ideias e soluções municipalistas, fortalecendo ainda mais o espírito dos descendentes dos primeiros bandeirantes e de todos os que fizeram e fazem do Estado de São Paulo a “locomotiva do Brasil”.



Luciano Ferreira Peres
Advogado da Associação Paulista de Municípios e Especialista em Direito Público pela PUC-SP



Araraquara: 207 anos de resiliência com as mudanças climáticas

Araraquara completa 207 anos, é o tempo em que a cidade tem que se voltar cada vez mais para se fortalecer como uma cidade resiliente às mudanças climáticas, infelizmente, o grande e trágico episódio que ocorreu em dezembro de 2022 foi algo que marcou a vida da cidade, aonde cinco pontes foram derrubadas pela força das águas onde tristemente uma família perdeu a vida. A cidade se recuperou, se reconstruiu em todas as áreas e agora Araraquara conquistou um grande investimento na área de saneamento, que é a nova configura-

ção da retenção das águas que descem para via expressa com apoio do governo federal, numa liberação de R\$ 143 milhões de reais feitas pelo Presidente Lula para a Prefeitura de Araraquara. Araraquara se reinventa e dá exemplo de como se reestruturar em pouco tempo a frente de graves mudanças climáticas que tem provocado mudanças radicais no tempo, tanto na temperatura quanto nas altas precipitações pluviométricas. Ao longo dos últimos anos foi criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, se tornando uma grande responsável por notas importantes como

uma das cidades que melhor atende as demandas ambientais, pode cada vez mais garantir isso com políticas públicas na área de fortalecimento dos plantios de árvores. No meu governo plantamos mais de 150 mil árvores ao longo dos rios e nas nascentes. A recuperação das nascentes cada vez mais sendo feita junto com o fortalecimento da questão da reciclagem do lixo, diminuindo com isso, o envio de lixo para o aterro sanitário de Guataparará e criando uma consciência de reciclagem ecológica em toda a população. Araraquara tem conseguido demonstrar capacidade

de compreender a importância das ações ambientais para o município com mais de 240 mil habitantes e nestes 207 anos há de se comemorar esses avanços, ao mesmo tempo em que temos que se preocupar cada vez mais com a gravidade do que está ocorrendo no mundo com as mudanças climáticas, a cidade tem que cada vez mais, se preocupar com os cuidados na área de saneamento, resíduos sólidos, captação de água, drenagem e assoreamento dos rios, com isso, este investimento que o governo federal está fazendo na cidade é um marco histórico que vai fortalecer muito a condição de Araraquara ter uma boa drenagem para conter eventuais enchentes, é um momento de comemoração, momento de decisão e de enfrentamento de frente com a questão das mudanças climáticas e é por isso que Araraquara tem que estar unida, em torno deste objetivo comum a todos os setores da sociedade para que a gente se una para garantir que Araraquara se mantenha como uma

cidade resiliente e que enfrenta esta realidade de grandes precipitações climáticas que afetam a vida da nossa população, é nesse sentido que manifesto o meu apreço pelos 207 anos da cidade de Araraquara onde muito se fez, mas temos muito por fazer e nós precisamos contar com todas as forças da cidade para podermos fazer frente a estes grandes desafios que se apresentam nos dias atuais.

A gestão trabalha com objetivo em fazer de Araraquara uma cidade moderna com qualidade de vida, atenta às questões ambientais, onde os frutos chegam através de premiações a nível nacional, sendo referência no Congresso Nacional de Tecnologia Ambiental, e no I Simpósio e Exposição Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Quem ganha é o município e a população de Araraquara, além do próprio meio ambiente, uma cidade com 100% de água e esgotos tratados, que é referência para muitas admi-

nistrações públicas, que vêm conhecer de perto as estações de tratamento de Araraquara.

Parabéns Araraquara, em defesa do meio ambiente, em defesa da preocupação com as mudanças climáticas e que essa evolução sempre esteja atrelada com a sustentabilidade.



Marcelo Barbieri
Presidente da Associação Paulista de Municípios





Building Information Modeling (BIM) no Setor Público Brasileiro

A adoção da Modelagem da Informação da Construção (BIM) no Setor Público Brasileiro apresenta um avanço significativo para a gestão urbana, promovendo eficiência, transparência e sustentabilidade. Apesar dos desafios enfrentados, especialmente em termos de infraestrutura tecnológica e treinamento, a metodologia BIM, incentivada pela Estratégia BIM BR, está ganhando espaço nas prefeituras brasileiras.

Marcos Legais do BIM no Brasil

O governo federal tem estabelecido diretrizes importantes para a implementação do BIM. O Decreto nº 9.983 de 2019 instituiu a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM (Estratégia BIM BR), promovendo sua adoção em projetos de obras públicas. A Lei nº 14.133 de 2021, que estabelece novas normas para licitações e contratos administrativos, também contempla o

uso do BIM como uma ferramenta estratégica para a gestão de projetos públicos. Mais recentemente, o Decreto nº 11.888 de 2023 reforçou o apoio aos municípios brasileiros, destacando a importância do BIM para a eficiência e a sustentabilidade das cidades.

O que é BIM?

BIM é um processo baseado em modelos 3D que proporciona uma visão integrada do ciclo de vida de

ambiental e eficiência energética, contribuindo para edificações mais sustentáveis.

Desafios do BIM

A adoção do BIM enfrenta barreiras como a curva de aprendizado, resistência à mudança e custos iniciais de implementação. No setor público, esses desafios são amplificados pela burocracia e pela necessidade de infraestrutura tecnológica adequada. O apoio político e institucional é crucial para superar esses obstáculos e garantir o sucesso das iniciativas de BIM.

Futuro do BIM

O futuro do BIM no setor público é promissor, especialmente com a integração de tecnologias emergentes como inteligência artificial e digital twins. Essas tecnologias ampliarão as capacidades do BIM, permitindo simulações avançadas e uma gestão mais eficiente dos ativos urbanos. A adoção do BIM não só otimiza o uso de recursos públicos, mas também melhora

a qualidade de vida dos cidadãos, promovendo um desenvolvimento urbano mais sustentável e resiliente.

Implementação do BIM nas Prefeituras Brasileiras

Para implementar o BIM, é necessário um planejamento estratégico que inclua a criação de políticas e regulamentos, programas de treinamento, e infraestrutura tecnológica adequada. Estabelecer uma unidade central de BIM e desenvolver projetos piloto são passos fundamentais para testar a metodologia e ajustar processos antes de uma implementação mais ampla.

Conclusão

O BIM é, portanto, um caminho sem volta, uma abordagem transformadora que pode, com toda certeza, revolucionar a Gestão Pública, trazendo benefícios significativos a médio e longo prazos para as cidades brasileiras e seus gestores e cidadãos.

um projeto, desde a concepção até a manutenção. Ele permite a criação de representações digitais detalhadas das características físicas e funcionais de edificações, facilitando a colaboração entre arquitetos, engenheiros, construtores e gestores de facilities.

Benefícios do BIM

A principal vantagem do BIM é a melhoria na coordenação e colaboração entre as disciplinas envolvidas, resultando em maior precisão e redução de erros. A utilização de modelos 3D detalhados permite a identificação de conflitos antes da construção física, reduzindo retrabalhos e custos. Além disso, o BIM facilita a análise de desempenho



Marcos Romano

Eng Civil, especialista em Desenvolvimento Urbano, MBA Gestão de Projetos e Adm. P Eng, Pós Graduação em Gestão Pública, Consultor Grupo Cittae com ênfase em BIM



Célia Leitão

Engenheira, Mestre MBA e Mentora WIB (Women in BIM). Consultora do grupo Cittae com ênfase em BIM e cidades Inteligentes.





MULHERES EM DESTAQUE



Deputada Analice Fernandes

Já em seu sexto mandato como Deputada estadual, foi Vice-Presidente da ALESP, faz parte de Comissões e foi Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Ações e Omissões no Combate à Violência contra Mulheres. Autora de leis como da criação de Centros de Referência de atendimento às pessoas com Autismo, a que prevê prioridade para vítimas de violência doméstica e familiar, a que prevê consulta online para pedir medida protetiva e outras. Teve atuação destacada como Secretária Municipal de Ação Social em Taboão da Serra.



Marilene Mariottoni

É Conselheira da APM e da Consumare e Diretora da Associação de Mulheres na Engenharia, Agronomia e Geociências do Estado de São Paulo, engenheira, corretora e jornalista. Foi Vereadora por 5 mandatos e Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim
marilenemariotton@uol.com.br



GRECI Praia Grande

Luciana Viana, Delegada Regional de Praia Grande, do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI SP), organizou com maestria, em 25 de julho, o evento "Mercado Imobiliário Feminino – 1º Ciclo", com palestras para um auditório lotado e online. Foto: Silene Mattos, Camila Braga, Dra. Danielle Fassi, Conselheira Angelita E. Viana, Dra. Maria Regina Busnello, Luciana E. Viana, Marilene Mariottoni, Cláudia Félix e jornalista Christiane Saggese. Também palestraram Camila Braga e Cris da Matta. Primoroso Chá da tarde e brindes no encerramento.



ABRAJET 40 anos

A jornalista Miriam Petrone, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET SP), organizou cerimônia para comemorar os 40 anos da entidade, em 31 de julho, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Presentes inúmeras autoridades e representantes da área de turismo, setor importante para a geração de emprego e renda. Foto: Jerusa Ferreira (AMITESP), Roberto Lucena (Secretário Estadual de Turismo e Viagens), Miriam Petrone e Marilene Mariottoni que representou o Presidente da APM, Marcelo Barbieri.



Rosely Ugolini

Presidente de honra e Emérita da Fundação Aca Laurencia, Rosely faz grandes trabalhos com a Presidente Zaira de Abreu e equipe. Desenvolvidos desde a fundação: Nutri SP, Construindo um sorriso, Adote uma creche, Aqueça um Coração, Formando uma Estrela, Escolinha de futebol, Leitura, Banco de Cadeira de Rodas, Projeto Pietro, Cartilha Cívica, Reforma do Viva Melhor, Criança Tempo de Afeto, Banco de Alimentos, Brinquedoteca, Adote uma Avó, Moradores de Rua, Outubro Rosa, Natal Solidário, Computadores e Tablets, entre outros.



Dra. Mila Mello

Professora e doutora em literatura, escreveu quatro livros infantis, sendo o quarto livro lançado recentemente, publicado pela Editora Astrid. Busca ajudar as crianças em situações difíceis, tratando de assuntos como autoaceitação, regulação do sono e exposição aos perigos. Também escreve romances de época, tendo sido premiada pela revista literária World Book Review com "1878 – A história de Clarice". Entre seus livros há também: 1740 – A história de Anna e 1862 – A história de Carolina.



Paulista 90 anos

A Escola Paulista de Medicina (EPM) completou, neste ano, 90 anos de existência, com importantes comemorações e um jantar de encerramento no Clube Monte Líbano, em São Paulo. A foto traz Médicos formados pela Escola, estando entre eles, as médicas Dra. Francy Reis da Silva Patrício, Dra. Emília Sato e Dra. Margareth Dalcolmo. O Diretor da EPM é o Dr. Magnus Régis Dias da Silva. Parabéns aos Médicos formados por essa grande Escola de Medicina, ao Diretor e aos Professores, bem como aos ex-Diretores e aos ex-Professores.



Eng. Simone Baía

Assumiu a Vice-Presidência das Américas da UNI Global Professionals & Managers, durante a Conferência Mundial de Profissionais da UNI, na África do Sul, para o mandato 2024 a 2028. Simone Baía, que é a única brasileira da chapa eleita, é engenheira química, Diretora da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE) e do Coletivo de Mulheres dessa Federação. Tem compromisso de trazer mais jovens para as áreas chamadas de STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharias e Matemática), notadamente mais Mulheres.



Jô Ribeiro e Amigos

A jornalista Jô Ribeiro, CEO da W7 Eventos, organizou a 7ª edição da Feijoada dos Amigos, reunindo pessoas especiais e arrecadação à população do Rio Grande do Sul, para o mandato 2024 a 2028. Simone Baía, que é a única brasileira da chapa eleita, é engenheira química, Diretora da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE) e do Coletivo de Mulheres dessa Federação. Tem compromisso de trazer mais jovens para as áreas chamadas de STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharias e Matemática), notadamente mais Mulheres.



Coletânea ao Consumidor

A Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção São Paulo lançou a Coletânea: Uma Jornada Inesquecível pelo Futuro do Direito do Consumidor, com a participação de grandes especialistas como a Dra. Maria Inês Dolci e o Dr. José Geraldo Brito Filomeno. Na foto, alguns dos especialistas participantes da Coletânea: Dra. Neli F. de Almeida Araújo, Dr. Alexandre P. Rodrigues, Dr. Antonio A. Pena, Dra. Ellen Gonçalves, Dra. Maria Inês Dolci, Dra. Lucélia P. Lemos e Dr. José Luiz P. Pereira. Parabéns a todos!



Ministra Cida Gonçalves dá posse ao CNDM

A Ministra de Estado das Mulheres, Cida Gonçalves, deu posse às integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), no dia 18 de julho, no auditório do Sebrae Nacional, em Brasília. São 21 Conselheiras titulares e 7 suplentes, representantes de redes feministas e de defesa dos direitos das mulheres e de organizações sindicais, associativas, profissionais ou de classe. Na foto, a Ministra Cida dando posse à competente Sônia Zerino, Secretária Nacional da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Luciana Feldman

Desde que foi nomeada para a chefia de gabinete da Secretaria da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (Seclima) da Prefeitura de São Paulo, em 2023, Luciana Feldman, por diversas vezes, assumiu a Secretaria Executiva interina, pois o Secretário Dr. Renato Nalini estava representando a Prefeitura em missões internacionais. A Seclima cuida da governança climática e busca aumentar a resiliência de São Paulo e a segurança da população face às mudanças climáticas. Luciana Feldman é a primeira Mulher a ocupar esse cargo.

No Quirinale

Em visita ao Palácio Quirinale, em Roma, sede do governo italiano, esta colunista pode conhecer o local que, no passado, era utilizado por Papas, repleto de obras de arte. Graças ao ilustre e atuante Deputado Fábio Porta, também conheceu o Palácio Madama, sede do Senado italiano, recebendo uma edição da Constituição da Itália. No ano passado, acompanhada do Deputado Fábio Porta, realizou visita ao Parlamento italiano, no bellissimo Palácio Montecitorio, em Roma

Rosely Cury Sanches

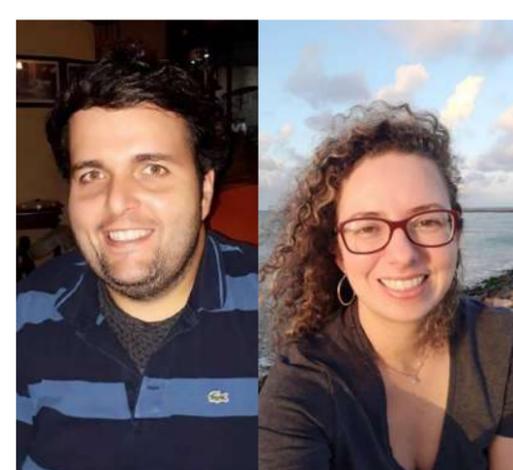
Está apoiando importante projeto sobre saúde mental desenvolvido pelo Prof. Marcelo Messa, com grupo de médicos e profissionais da área, em Oxford, na Inglaterra. A Dra. Rosely Cury Sanches foi Juíza do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, é Conselheira do Museu de Arte Sacra de São Paulo e membro da Academia Latino-americana de Artes de São Paulo. Profissional atuante, é proprietária da empresa Albatroz Segurança e Facilities, com cerca de dezenove mil funcionários. Tem importante contribuição na área social.

Dra. Isamara Tanaka

No dia 13 de agosto, a jornalista Vera Tabach, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa e Midia Eletrônica e Digital (ABIME), entregou o Prêmio ABI-ME Saúde, no Plenário da Câmara de São Paulo. A Dra. Isamara Tanaka foi uma das personalidades que receberam esse reconhecimento por se destacarem na promoção da saúde e do bem-estar da comunidade. À médica, especialista em pediatria com ênfase em UTI, Mestre em engenharia biomédica e professora da Faculdade de Ciências Médicas-SJCampos, cumprimentos efusivos.

FAESP e Mútua

O Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP), o atuante Tirso Meirelles recebeu, em 15 de julho, a Mútua dos Profissionais da Engenharia, cujo Presidente é o competente Engº Agrônomo Francisco Almeida, para a discussão de um convênio. O Presidente Francisco foi representado pela incansável Denise Castro que fez ótima apresentação da entidade. Na foto, o Presidente Tirso Meirelles, ladeado por Denise Castro e por Marilene Mariottoni que lhe entregou a Revista da APM com esta coluna.



Orgulho do Brasil

A poeta Adélia Prado foi a vencedora do Prêmio Camões, o mais importante reconhecimento da literatura em língua portuguesa. Adélia que é uma das maiores poetas brasileiras, ganhou na semana anterior o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Em 1978, com o livro O Coração Disparado, conquistou o Prêmio Jabuti de Literatura, da Câmara Brasileira do Livro (CBL). E já tem definida uma nova obra a ser publicada no próximo ano, intitulada Jardim das Oliveiras. A poeta mineira é realmente um orgulho do Brasil.

Dra. Thaís Vieira

É engenheira agrônoma, doutora em tecnologia de alimentos e livre docente da USP. Há um ano tomou posse como Diretora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), cargo que era ocupado apenas por homens desde 1901. A ESALQ é uma instituição de ensino superior posicionada entre os melhores cursos de ciências agrárias do mundo. A Dra. Thaís foi escolhida pela Revista Forbes como uma das Mulheres de Sucesso em 2024.

Mulheres na Liderança

A Organização Brasileira de Mulheres Empresárias (OBME), presidida por Lilian Schiavo, realizou um almoço, em 26 de julho, com um "bate papo" sobre Mulheres na Liderança: transformando a África, com apoio da AfroChamber e da FCEM (Femmes Chefs D'Enterprises Mondiales). A palestra foi conduzida por Rui Macaje, Presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira. E em 17 de julho, a OBME promoveu na ALESP, o 1º Simpósio de Exportação, Importação e Negócios Internacionais, com apoio da Câmara de Comércio Brasil-Peru.

CREA 90 anos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA-SP), Presidente Lígia Mackey, lançou publicação comemorativa de seus 90 anos. Na foto, uma das páginas que compõem a publicação, mostrando as atuantes profissionais Maria Amélia de Araújo (engenheira química e eletricista, pós-graduada em engenharia de segurança do trabalho e meio ambiente e em engenharia clínica) e Rita de Cássia Espósito (engenheira civil), em evento realizado no Plenário do CREA-SP, na avenida Angélica, em São Paulo.

Presença Feminina

O economista e professor Pedro Afonso Gomes, Presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (CORECON-SP), comemora o aumento da presença feminina no Conselho. Atualmente o CORECON conta com seis Conselheiras e duas Delegadas Regionais. Na foto, a Dra. Renata Belzunces dos Santos, Delegada Regional de São José dos Campos, a primeira Mulher nomeada Delegada pelo CORECON e a Dra. Marisa Rossignoli, Delegada da Regional de Marília, a segunda. Parabéns pelos trabalhos!

Rede SustentAção SP

Programado para 5 de setembro, o Congresso 2024 da Rede SustentAção São Paulo, será 100% virtual, e tratará do Aquecimento global. A Rede reúne: UNIFESP, Advocacia Geral da União (AGU), UFABC, Tribunal de Justiça Militar SP, Justiça Federal de Primeiro Grau SP Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia SP, UFSCar, Tribunal Regional Eleitoral e a Associação Paulista de Municípios. Na foto, os Coordenadores Fábio Marino (Chefe da Sustentabilidade do TRE-SP) e Fernanda Justi (Chefe de Sustentabilidade - UNIFESP).





1º Encontro Municipalista de prefeitos e prefeitas eleitos no Estado de São Paulo

18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2024 - IAC - INSTITUTO AGRÔNOMO DE CAMPINAS
AVENIDA BARÃO DE ITAPURA, 1.481 - BOTAFOGO - CAMPINAS - SP

Nós da APM - Associação Paulista de Municípios estamos aguardando os municipalistas do nosso Estado para esse importante evento, com uma Programação cuidadosamente elaborada pelo nosso Presidente Marcelo Barbieri e sua Diretoria e Técnicos para ajudar os que estão chegando, nesse momento de tão grande transição: REFORMA TRIBUTÁRIA e uma gama de legislação que afeta os municípios e consequentemente a indústria, o comércio, a pecuária e a agricultura, sustentáculos da economia dos mesmos.

Mas também a Programação Especial para as Primeiras Damas, funcionárias municipais e outras Mulheres de Ação Política e Social está imperdível. Ela falará do 1. Papel das Primeiras Damas - Função, Cargo ou Missão. 2. A importância de Encontros para atualização aperfeiçoamento e troca de experiências. 3. A importância das relações com os demais órgãos do organograma do

município: coordenadorias, diretorias e secretarias . 4. ABRAMAPOS - Integração com entidades da sociedade civil organizada. 5. Fundo Social de Solidariedade. 6. Comunicação, Relações Humanas e Liderança. 7. Estatutos e Conselhos da Criança e do Adolescente, da Mulher e do Idoso. 8. Legislação que trata dos itens dos Orçamentos do Município, do Estado e da União. 9. Apoio para ações sociais de organismos internacionais, federais e estaduais; 10. Discutir formas de relacionamento; 11. Integração e parcerias com órgãos e entidades de comunicação. 12. Parcerias com lideranças de bairros, clubes de serviço como Rotary, Lions e outros, com foco em ações sociais e assistenciais. 13. Discutir possíveis parcerias com as entidades da sociedade civil organizada, com foco de aprendizagem como SEBRAE, FIESP, CIESP, SENAI, e outras Escolas Técnicas. 14. Lançamento: Plantão para as Primeiras Damas na sede da APM ou online pelo telefone (11) 99979-1560. 15-Outros assuntos.

ESPERAMOS TODOS E TODAS NOS COLOCANDO À DISPOSIÇÃO PARA OUTRAS INFORMAÇÕES. Com nosso abraço municipalista

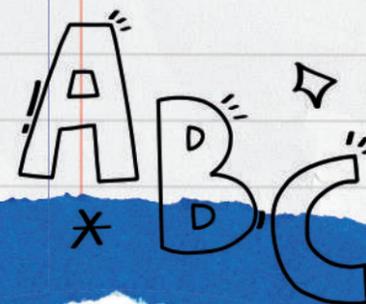


Dalva Christofolletti Paes da Silva
Diretora de Relações Públicas da APM - Associação Paulista de Municípios. Palestrante e Organizadora de Eventos. Fundadora da CNM - Confederação Nacional de Municípios e Coofundadora do Movimento de Mulheres Municipalistas, braço da CNM. Presidente da ABRAMAPOS - Associação Brasileira de Mulheres de Ação Política e Social.

INSPIRE-SE NO PARÁ: TRANSFORME A EDUCAÇÃO DO SEU MUNICÍPIO COM A SUDÙ

A Sùdù tem orgulho de fazer parte do incrível avanço educacional no Pará. Com o **maior crescimento de IDEB no Brasil - um aumento de 43%** nos anos finais do ensino fundamental - o estado é um exemplo de como a inovação pode transformar o futuro.

Por trás desse sucesso está o **Prepara, um projeto da Somos Educação, que a Sùdù leva até você.** Com soluções completas, que incluem recomposição de aprendizagens, materiais focados em Língua Portuguesa e Matemática e uma plataforma digital poderosa, o Prepara ajuda professores a fazer intervenções pedagógicas precisas e a preparar seus alunos para desafios como o SAEB.



Que tal trazer essa transformação para o seu município? Fale conosco e descubra como nossas soluções educacionais podem fazer a diferença.

comercial@sudu.education
www.sudu.education



soma

SEBRAE

Essa é a sua
oportunidade
de se tornar um
consultor parceiro
do Sebrae-SP.



O programa Soma
Sebrae está buscando
profissionais especializados
em diversas áreas para
atuar com o poder público,
cooperativas, associações
e organizações civis.



Venha somar com o **Sebrae-SP** e descubra um universo
de possibilidades para o seu negócio.

Confira o edital e inscreva-se em contato.sebraesp.com.br/soma